

ANO 10 - NÚMERO 131 - SETEMBRO 2025

xapuri

SOCIOAMBIENTAL

Distribuição: 15 set a 14 out/25

Foto: Pedro França / Senado Federal do Brasil



DITADURA NUNCA MAIS: AO CONDENAR GOLPISTAS DO 8 DE JANEIRO O BRASIL ACERTA CONTAS COM SEU PASSADO

p. 08

AMAZÔNIA

Setembro: flores, feridas
e o lamento do rio

p. 18

DIREITOS HUMANOS

Mortes e desaparecimentos durante
a ditadura: uma nova aproximação
sobre a verdade histórica

p. 32

MEMÓRIA

Veríssimo chega ao céu

p. 40

Quando a coragem fala mais alto, a história muda de direção!

Em **1985**, bancárias e bancários da Caixa mostraram que a força de um movimento pode transformar realidades. A **Greve das 6h** conquistou mais do que a redução da jornada de trabalho, conquistou respeito, reconhecimento e a certeza de que nenhum direito é dado, todos são conquistados!

Quarenta anos depois, essa vitória continua viva. Cada rosto, cada lágrima, cada grito que ecoou merece ser celebrado com a mesma força e coragem de quem lutou por condições melhores para todas e todos.

Que a memória dessa luta inspire novas jornadas, fortaleça nossa união e nos lembre que o presente e futuro se constrói com coragem, resistência e força.

Acesse e saiba mais:



/fenaefederacao



@fenaefederacao



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao



www.fenae.org.br



Aponte a câmera
do seu celular para
o QR Code e
conheça a Fenae.

GREVE DAS 6H 40 ANOS



FENAE



APCEF



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Uma revista pra chamar de nossa

Era novembro de 2014. Primeiro fim de semana. Plena campanha da Dilma. Fim de tarde na RPPN dele, a Linda Serra dos Topázios. Jaime e eu começamos a conversar sobre a falta que fazia termos acesso a um veículo independente e democrático de informação.

Resolvemos fundar o nosso. Um espaço não comercial, de resistência. Mais um trabalho de militância, voluntário, por suposto. Jaime propôs um jornal; eu, uma revista. O nome eu escolhi (ele queria Bacurau). Dividimos as tarefas. A capa ficou com ele, a linha editorial também.

Correr atrás da grana ficou por minha conta. A paleta de cores, depois de larga prosa, Jaime fechou questão – “nossas cores vão ser o vermelho e o amarelo, porque revista tem que ter cor de luta, cor vibrante” (eu queria verde-floresta). Na paz, acabei enfiando um branco.

Fizemos a primeira edição da *Xapuri* lá mesmo, na Reserva, em uma noite. Optamos por centrar na pauta socioambiental. Nossa primeira capa foi sobre os povos indígenas isolados do Acre: *Isolados, Bravos, Livres: Um Brasil Indígena por Conhecer*. Depois de tudo pronto, Jaime inventou de fazer uma outra boneca, “porque toda revista tem que ter número zero”.

Dessa vez finquei pé, ficamos com a capa indígena. Voltei pra Brasília com a boneca praticamente pronta e com a missão de dar um jeito de imprimir. Nos dias seguintes, o Jaime veio pra Formosa, pra convencer minha irmã Lúcia a revisar a revista, “de grátis”. Com a primeira revista impressa, a próxima tarefa foi montar o Conselho Editorial.

Jaime fez questão de visitar, explicar o projeto e convidar pessoalmente cada conselheiro e cada conselheira (até a doença agravar, nos seus últimos meses de vida, nunca abriu mão dessa tarefa). Daqui rumamos pra Goiânia, para convidar o arqueólogo Altair Sales Barbosa, nosso primeiro conselheiro. “O mais sabido de nós”, segundo o Jaime.

Trilhamos uma linda jornada. Em 80 meses, Jaime fez questão de decidir, mensalmente, o tema da capa e, quase sempre, escrever ele mesmo. Às vezes, ligava pra falar da ótima ideia que teve, às vezes sumia e, no dia certo, lá vinha o texto pronto, impecável.

Na sexta-feira, 9 de julho, quando preparávamos a *Xapuri* 81, pela primeira vez em sete anos, ele me pediu para cuidar de tudo. Foi uma conversa triste, ele estava agonizando com os rumos da doença e com a tragédia que o Brasil enfrentava. Não falamos em morte, mas eu sabia que era o fim.

Hoje, cá estamos nós, sem as capas do Jaime, sem as pautas do Jaime, sem o linguajar do Jaime, sem o jaimês da *Xapuri*, mas na labuta, firmes na resistência. Mês sim, mês sim de novo, como você sonhava, Jaiminho, carcamos porva e, enfim, chegamos à nossa edição número 100. E, depois da *Xapuri* 100, como era desejo seu, a gente segue esperneando.

Fica tranquilo, camarada, que por aqui tá tudo direitinho.



Arthur Wentz Silva
Estagiário



Emir Bocchino
Diagramador



Igor Strochit
Diagramador



Janaina Faustino
Gerente Executiva



Lúcia Resende
Revisora



Maria Leticia Marques
Redatora

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: *Xapuri* Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786/0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.814.-500 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: Edição Impressa - 1.000 - 5.000. Envio Eletrônico - 100.000. Circulação: Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



DITADURA NUNCA MAIS: AO CONDENAR GOLPISTAS DO 8 DE JANEIRO O BRASIL ACERTA CONTAS COM SEU PASSADO

É momento, neste nosso Brasil surpreendente, de celebrar a democracia.

Em um julgamento histórico para a democracia brasileira, neste 11 de setembro, por 4 votos a 1, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou o ex-presidente da República e seus aliados (entre eles, cinco integrantes das Forças Armadas de alta patente) pela tentativa de golpe contra o Estado Democrático de Direito.

Os votos da ministra Cármen Lúcia e dos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin reconheceram que Jair Messias Bolsonaro e parte da cúpula de seu governo tentaram golpear a democracia brasileira. A condenação dos réus torna-se um divisor de águas entre um Brasil marcado pela impunidade e um país capaz de afirmar a democracia como seu valor maior, portanto não negociável.

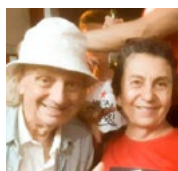
O ex-presidente, que já estava inelegível por crime contra a Justiça eleitoral, foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão pelos crimes de golpe de Estado; organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; dano qualificado pela violência e grave ameaça; e deterioração de patrimônio tombado.

Também foram condenados: Alexandre Ramagem, ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça; generais Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI); Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; Walter Braga Netto, ex-ministro chefe da Casa Civil e candidato a vice-presidente em 2022; e o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do então presidente.

Concordando com a ministra Cármen Lúcia: “O que há de inédito nesta ação penal é que nela pulsa o Brasil que me dói. A presente ação penal é quase um encontro do Brasil com seu passado, com seu presente e com seu futuro”.

Que esteja findo o tempo de golpes e ditaduras. Que o futuro nos traga mais justiça, mais paz e mais esperança.

Boa leitura. Bom proveito.



Zezé Weiss – Jornalista
Editora da *Revista Xapuri*

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

COLABORADORES/AS - SETEMBRO

Alexandre Cruz Noronha – Jornalista. Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. Antenor Pinheiro – Geógrafo. ACQ – Antônio Carlos Queiroz – Jornalista. Arthur Wentz e Silva – Estudante. Eduardo Galeano – Escritor (*in memoriam*). Eduardo Pereira – Sociólogo. Emir Bocchino – Designer. Emir Sader – Sociólogo. Gilney Viana – Ambientalista. Igor Strochit – Designer. Janaina Faustino – Gestora Ambiental. José Bessa Freire – Escritor. Lúcia Resende – Professora. Marcos Jorge Dias – Escritor. Maria Leticia Marques – Ambientalista. Paulo Freire – Filósofo da Educação (*in memoriam*). Thayná Agnelli – Jornalista. Zezé Weiss – Jornalista.

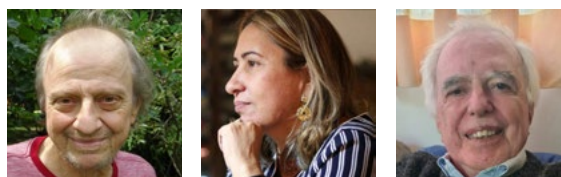
CONSELHO EDITORIAL

Adair Rocha - Professor Universitário. **Adrielle Saldanha** - Geógrafa. **Ailton Krenak** - Escritor. **Altair Sales Barbosa** - Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** - Jornalista. **Andrea Matos** - Sindicalista. **Angela Mendes** - Ambientalista. **Antenor Pinheiro** - Jornalista. **Binho Marques** - Professor. **Cleiton Silva** - Sindicalista. **Dulce Maria Pereira** - Professora. **Edel Moraes** - Ambientalista. **Eduardo Meirelles** - Jornalista. **Elson Martins** - Jornalista. **Emir Bocchino** - Arte finalista e Diagramador. **Emir Sader** - Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues** - Advogado. **Graça Fleury** - Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)** - Poeta. **Iêda Leal** - Educadora. **Jacy Afonso** - Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** - Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire** - Escritor. **Júlia Feitoza Dias** - Historiadora. **Kretã Kaingang** - Líder Indígena. **Laurenice Noleto Alves (Nonô)** - Jornalista. **Lucélia Santos** - Atriz. **Lúcia Resende** - Revisora. **Marcos Jorge Dias** - Escritor. **Maria Félix Fontele** - Jornalista. **Maria Maia** - Cineasta. **Rosilene Corrêa Lima** - Jornalista. **Trajano Jardim** - Jornalista. **Zezé Weiss** - Jornalista.



IN MEMORIAM:

Jaime Sautchuk - Jornalista. **Iêda Vilas-Bôas** - Escritora. **Samuel Pinheiro Guimarães Neto** - Diplomata.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana - Sindicalista. **Eduardo Pereira** - Produtor Cultural. **Iolanda Rocha** - Professora. **Janaina Faustino** - Gestora Ambiental. **Joseph Weiss** - Eng. Agro. PhD.





Xapuri

SOCIOAMBIENTAL

131

SET 25

- | | | | |
|-----------|--|-----------|--|
| 08 | CAPA
Ditadura nunca mais:
Ao condenar golpistas do 8 de janeiro
o Brasil acerta contas com seu passado | 22 | CERRADO
A constelação do meio-dia |
| 17 | BIODIVERSIDADE
Canela-de-ema: um tesouro
do Cerrado brasileiro | 25 | ECOLOGIA
À sombra da mangueira |
| 18 | AMAZÔNIA
Setembro: flores, feridas
e o lamento do rio | 26 | MEIO AMBIENTE
Carta da Semana da
Biodiversidade |

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

- | | | | |
|-----------|---|-----------|---|
| 31 | FOTOGEOGRAFIA
Rústico refúgio | 44 | SAGRADO INDÍGENA
Txima: ensinando a conversar
com a floresta |
| 32 | DIREITOS HUMANOS
Mortes e desaparecimentos durante
a ditadura: uma nova aproximação
sobre a verdade histórica | 49 | UNIVERSO FEMININO
As mulheres dos barrancos |
| 41 | MEMÓRIA
Veríssimo chega ao céu | | |

DITADURA NUNCA MAIS: AO CONDENAR GOLPISTAS DO 8 DE JANEIRO O BRASIL ACERTA CONTAS COM SEU PASSADO

— Zezé Weiss

Foto: Gustavo Moreno / STF



Em um julgamento histórico para a democracia brasileira, neste 11 de setembro, por 4 votos a 1, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou o ex-presidente da República e seus aliados (entre eles, cinco integrantes das Forças Armadas de alta patente) pela tentativa de golpe contra o Estado Democrático de Direito.

Os votos da ministra Cármen Lúcia e dos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin reconheceram que Jair Messias Bolsonaro e parte da cúpula de seu governo tentaram golpear a democracia brasileira. A condenação dos réus torna-se um divisor de águas entre um Brasil marcado pela impunidade e um país capaz de afirmar a democracia como seu valor maior, portanto não negociável.

O ex-presidente, que já estava inelegível por crime contra a Justiça eleitoral, foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão pelos crimes de golpe de Estado; organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; dano qualificado pela violência e grave ameaça; e deterioração de patrimônio tombado.

Além do ex-presidente, estiveram entre os réus – e foram condenados – nomes de peso da antiga cúpula militar e política: Alexandre Ramagem, ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), com parte das acusações suspensas por prerrogativa de foro

(crimes cometidos após a diplomação como deputado federal) e respondendo a três dos cinco crimes; almirante Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça; generais Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI); Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; Walter Braga Netto, ex-ministro chefe da Casa Civil e candidato a vice-presidente em 2022; e o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do então presidente.

Os réus foram condenados por usar a Presidência e os braços administrativos do Estado, como a Abin, para tramar um golpe de Estado e monitorar jornalistas, opositores e políticos. A gravidade dos fatos deu o tom do horizonte que se abria: enfrentar os monstros do passado para afirmar a força da Constituição do Brasil.

A partir das 884 páginas do relatório da Polícia Federal (PF), a Procuradoria Geral da República (PGR) apresentou ao STF denúncia contra o ex-presidente e outras 33 pessoas por tentativa de Golpe de Estado, agrupando os denunciados em cinco núcleos, conforme suas atribuições: 1. núcleo crucial (decisório); 2. oferecer apoio jurídico, operacional e de inteligência; 3. executar ações táticas; 4. espalhar desinformação contra urnas eletrônicas e instituições e promover ataques virtuais contra militares que não aderissem ao golpe; 5. núcleo

“O que há de inédito nesta ação penal é que nela pulsa o Brasil que me dói. A presente ação penal é quase um encontro do Brasil com seu passado, com seu presente e com seu futuro.”

Cármen Lúcia, ministra do Supremo Tribunal Federal, durante o julgamento da trama golpista no STF.



Foto: TV BrasilGov/ Wikimedia



com apenas um integrante, Paulo Renato de Oliveira Figueiredo Filho, residente fora do país, o que dificultou a notificação e o prosseguimento dos trâmites, razão pela qual a análise ainda não foi concluída pelo STF, e o denunciado ainda não é considerado réu. Paulo Figueiredo tinha, segundo a PGR, as mesmas atribuições descritas no núcleo 4.

A denúncia foi admitida por unanimidade no STF que, neste 11 de setembro, julgou os integrantes do chamado núcleo crucial, condenando os oito réus.

ACERTO DE CONTAS COM O PASSADO

O julgamento do processo que, pela primeira vez na história do Brasil condenou um ex-presidente por atentado contra a democracia, não fala apenas de 2022 ou de 8 de janeiro de 2023, mas, de certa forma, nos dizeres da ministra Cármen Lúcia, resulta de “um encontro do Brasil com seu passado, com seu presente e com seu futuro”.

O país que não puniu seus torturadores e ditadores do passado, apesar dos gritos de “Ditadura nunca mais” e “não vai ter golpe”, enca-

rou, por fim, por meio do STF, o fantasma de uma tentativa violenta de ruptura democrática, com relatos e registros, inclusive, de planos que incluíam o assassinato do presidente Lula, do vice Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes.

Essas condenações representam o enfrentamento de uma linhagem de autoritarismo que sobreviveu intacta por décadas, mas que vêm à tona à revelia de seus autores: crimes da ditadura sem julgamento, violações registradas no relatório Brasil: Nunca Mais (1985), que documentou centenas de casos de tortura a partir de arquivos militares, e a criação da Comissão Nacional da Verdade (2011–2014), que identificou 434 mortos e desaparecidos (2.489, segundo Gilney Viana) e responsabilizou 377 agentes do Estado. Nenhum deles, contudo, foi condenado.

Essa ausência de responsabilização foi reforçada pela Lei da Anistia, de 1979, que blindou agentes da ditadura e garantiu décadas de impunidade. Apenas em 2021, mais de 40 anos depois, ocorreu a primeira condenação relacionada ao período: um torturador punido por crime de sequestro, considerado contínuo.

A demora histórica ajuda a dimensionar a importância do julgamento deste quase-início de primavera.

IMPUNIDADE NUNCA MAIS

O Deputado Federal Lindbergh Farias (PT-RJ), líder do PT na Câmara dos Deputados, analisa:

Hoje, ao contrário do passado, quando crimes políticos frequentemente ficavam impunes e sem apuração, as investigações lideradas pela Polícia Federal (PF) e pela Procuradoria-Geral da República foram rigorosas e baseadas em evidências concretas. Mensagens interceptadas mostram articulações para coagir o STF, incluindo, mais recentemente, pressões via governo dos EUA para aplicar sanções a ministros brasileiros. O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente, foi indiciado por coação no curso do processo e atentado à soberania nacional após atuar nos EUA para influenciar políticas contra o Brasil.

Assim, hoje o caso transcende fronteiras. Eduardo Bolsonaro, ao negociar com o governo Trump para

impor tarifas comerciais e sanções a autoridades brasileiras, cometeu atos que, se praticados por um cidadão americano, poderiam ser classificados como traição, punível com morte nos EUA. Por isso mesmo, protocolei projeto de lei, que prevê penas de 20 a 40 anos para “alta traição à pátria”, para fechar lacunas legais para crimes contra a soberania nacional.

A campanha de desinformação contra instituições como o Banco do Brasil, orquestrada por bolsonaristas, e as tentativas de terrorismo econômico mostram que os métodos da extrema direita evoluíram, mas sua essência permanece: semear o caos para desestabilizar a democracia.

O julgamento de Bolsonaro é mais que um processo penal; é um teste decisivo para a democracia brasileira. A histórica impunidade de golpistas – desde os militares de 1964 até os terroristas do Riocentro – encorajou a escalada de violência que culminou nos eventos de 8 de janeiro.

Punir exemplarmente os responsáveis é romper com esse ciclo perverso e enviar uma mensagem clara: ataques à democracia não serão tolerados. A sociedade brasileira deve apoiar as instituições judiciais neste momento crítico. Permitir que criminosos escapem da Justiça seria repetir os erros do passado e arriscar o futuro da nação.

O Brasil tem a oportunidade única de consolidar o Estado de Direito e garantir que extremistas nunca mais desafiem a vontade popular impunemente. O Brasil não pode se curvar a ameaças, pressões ou chantagens de quem vive de instabilidade e caos.

É hora de reafirmar: nossas instituições são mais fortes que os surtos autoritários de qualquer clã. O país não será refém da alucinação de uma família em colapso.

O JULGAMENTO

O julgamento começou às 9 horas do dia 2 de setembro, uma segunda-feira, em sessão marcada

pela leitura do relatório do ministro Alexandre de Moraes e pela peça acusatória apresentada pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. A liturgia deu o tom da manhã, mas foram os bastidores que revelaram o clima da Corte.

A jornalista Kriska Carvalho, que acompanhou a sessão da galeria da Primeira Turma, descreveu o ambiente como de “pré-festa”: expectativa de desfecho e sensação de que o resultado já estava encaminhado. A ausência da maioria dos réus decepcionou a imprensa – mais de 500 jornalistas estavam credenciados em Brasília – e frustrou quem esperava confronto direto.

Na saída da primeira parte, o advogado do ex-presidente, Celso Villardi, evitou jornalistas. Já o defensor de Mauro Cid, Cezar Bitencourt, mostrou-se efusivo: afirmou estar feliz por “defender o Estado Democrático de Direito” e não escondeu a preocupação com a delação premiada de seu cliente. Ao cumprimentar os ministros, exagerou nos elogios e



Foto: Antonio Augusto / FotoPublicas

chegou a chamar Luiz Fux de “atraente”, arrancando risos e comentários irônicos entre repórteres.

Outros defensores também buscaram teatralidade. O advogado de Alexandre Ramagem tentou dissociar seu cliente da trama golpista com tom quase cinematográfico: “eles arquitetaram, planejaram, organizaram, tentaram..., mas Ramagem não”. Recebeu, porém, corte seco da ministra Cármen Lúcia: “Uma coisa é eleição com processo auditável, outra é voto impresso. Vossa senhoria usa como se fosse a mesma coisa. Isso é dito para criar confusão na cabeça do brasileiro e colocar em xeque o sistema eleitoral”.

O advogado do almirante Almir Garnier gastou longos minutos elogiando o currículo dos ministros do STF, em tom interpretado como bajulação. Chegou a lembrar que cigarros funcionam como moeda de troca nas prisões, oferecendo-se a levar o produto para Bolsonaro, caso condenado.

A defesa de Anderson Torres, conduzida por Eumar Novacki, buscou robustez nos argumentos: negou envolvimento de seu cliente e apresentou documentos de viagem planejada meses antes do 8 de janeiro. Afirmou ainda que a “minuta do golpe” não tinha valor jurídico. O discurso, porém, não afastou a lembrança de que o ex-ministro era secretário de Segurança do Distrito Federal quando ocorreu a invasão aos Três Poderes.

No plenário, Moraes foi incisivo. Afirmou que o julgamento não pode ser confundido com autoritarismo: “A pacificação depende do respeito à Constituição, das leis e do fortalecimento das instituições, e não da covardia do apaziguamento”. O ministro ainda rebateu pressões externas: “A soberania nacional não pode, não deve e jamais será vilipendiada, negociada ou extorquida”.

Coube ao procurador Paulo Gonet reforçar a espinha dorsal da acusação. “Não é preciso esforço intelectual extraordinário para reconhecer que, quando o presidente da República e depois o ministro da Defesa convocam a cúpula militar para apresentar



Foto: Rosinei Coutinho/ STF

documento de formalização de golpe de Estado, o processo criminoso já está em curso”, disse.

Gonet listou manuscritos, mensagens, gravações de reuniões ministeriais e discursos públicos como provas. Ressaltou que não punir tentativas de golpe é abrir espaço para novos atentados contra a democracia. “O recrudescimento do autoritarismo ocorre quando não há responsabilização”, afirmou.

MORAES: VOTO HISTÓRICO PELA CONDENAÇÃO

No terceiro dia do julgamento do ex-presidente inelegível e de seus sete aliados, coube ao ministro Alexandre de Moraes abrir a rodada de votos com uma exposição que reorganizou o tabuleiro político e jurídico do país.

Em mais de quatro horas, o relator descreveu uma engrenagem que operou muito antes de 8 de janeiro de 2023, vinculando atos preparatórios e executórios à tentativa de golpe de Estado.

“O que está em julgamento não é discurso político, não são especu-

lações. São crimes documentados, com provas robustas”, afirmou o ministro. E cravou: “Esse julgamento não discute se houve ou não tentativa de golpe. Isso é fato. O que se discute é a autoria”.

Moraes repetiu pelo menos 21 vezes ao longo do voto: Bolsonaro era o líder da organização criminosa. Sua imagem aparecia em destaque nos slides projetados no plenário. “O réu Jair Messias Bolsonaro deu sequência a essa estratégia golpista estruturada pela organização criminosa, sob a sua liderança, para já colocar em dúvida o resultado das futuras eleições, sempre com a finalidade de obstruir o funcionamento da Justiça Eleitoral, atentar contra o Poder Judiciário e garantir a manutenção do seu grupo político no poder”.

O ministro destacou que a trama não começou no dia da invasão às sedes dos Três Poderes, mas em discursos e atos públicos desde 2021, quando Bolsonaro afirmou que só deixaria o poder “morto, preso ou com a vitória”.

Moraes citou a minuta golpista encontrada na agenda do general



Foto: Rosinei Coutinho/ STF

contrário beira a litigância de má-fé. O juiz não é uma samambaia jurídica”.

FLÁVIO DINO: SEM ANISTIA, SEM RELATIVIZAÇÃO

O ministro Flávio Dino acompanhou Moraes na condenação de todos os réus, mas diferenciou os graus de participação de Augusto Heleno, Alexandre Ramagem e Paulo Sérgio Nogueira. Para Dino, eles tiveram atuação de “menor importância”, ainda que inserida na engrenagem golpista.

Ele foi direto ao ponto sobre a pauta da anistia: chamou projetos nesse sentido de “no mínimo pornográficos” e lembrou que crimes contra o Estado Democrático de Direito são imprescritíveis e não podem ser objeto de indulto ou perdão.

Dino também criticou a intimidação digital e pressões externas: “Me espanto com alguém imaginar que alguém chega ao Supremo e vai se intimidar com um tuíte. Será que alguém acredita que um cartão de crédito ou o Mickey vão mudar um julgamento no Supremo?”

Rebatendo a tese de que atos preparatórios não configuram crime, Dino foi claro: “O nome do plano não era Bíblia Verde e Amarela, era Punhal Verde e Amarelo. Os acampamentos não foram em portas de igreja, foram em portas de quartéis. Se reza nos quartéis é a fuzis, metralhadoras e tanques”.

Para ele, a Justiça não pode ser torcida organizada: “Quando o árbitro marca pênalti para o meu time, é um herói; quando marca para o outro, é o pior. Mas o árbitro é o mesmo e as regras são as mesmas”.

CÁRMEN LÚCIA: O VOTO DECISIVO

A maioria para condenar os 7 réus foi formada, por algum desígnio da história, com o voto de uma mulher, a ministra Cármen Lúcia, neste emblemático 11 de setembro. Em sua manifestação, a ministra disse que o julgamento da trama golpista remete ao passado do Brasil, com rupturas institucionais.

Augusto Heleno, descrevendo-a como um roteiro explícito de ruptura. Relembrou a reunião ministerial de julho de 2022, que classificou como uma “confissão coletiva de golpe”, e o encontro com embaixadores em que Bolsonaro atacou o sistema eleitoral diante de diplomatas estrangeiros.

Também detalhou a tentativa frustrada de explosão no Aeroporto de Brasília, que, se consumada, poderia ter matado centenas de pessoas. “Não se trata de fantasia ou paranoia. Foram atos reais, planejados e articulados”, sublinhou.

Um dos momentos mais duros do voto do ministro Alexandre foi a análise do chamado Plano Punhal Verde e Amarelo, que previa o assassinato de autoridades, entre elas o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o próprio Moraes. “Isso não foi impresso em uma gruta ou em um porão de terroristas. Foi impresso no Palácio do Planalto”, afirmou.

Ironizando a versão defensiva, acrescentou: “É ridicularizar a inteligência do tribunal dizer que se

imprimiu esse plano para fazer barquinhos de papel”.

Para Moraes, o golpe só não se consumou porque foi contido a tempo. Mas a utilização da máquina pública foi inequívoca. Ele lembrou que Bolsonaro atrasou a divulgação do relatório das Forças Armadas sobre as urnas, usando a estrutura militar para manter a narrativa de fraude.

O relator também classificou como “acintosa” a atuação da Polícia Rodoviária Federal no segundo turno das eleições, quando operações dificultaram o acesso de eleitores às urnas no Nordeste.

Ao tratar de mensagens entre Bolsonaro e Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin, Moraes foi categórico: “Isso não é uma mensagem de um delinquente do PCC para outro. Isso é uma mensagem do diretor da Abin para o então presidente da República”. O conteúdo das conversas, usado em lives oficiais, reforçou a tentativa de desacreditar as urnas.

O relator também rebateu críticas às delações, especialmente a de Mauro Cid. “São oito depoimentos sobre fatos diversos, não contraditórios. Alegar o



"O que há de inédito nesta ação penal é que nela pulsa o Brasil que me dói. A presente ação penal é quase um encontro do Brasil com seu passado, com seu presente e com seu futuro na área das políticas públicas dos órgãos de Estado", afirmou.

Em seu voto, a ministra destacou que Bolsonaro e os demais réus não podem questionar a legitimidade da Lei 14.197/21, norma que definiu os crimes contra a democracia e que foi usada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para basear a acusação.

A norma foi sancionada pelo ex-presidente e pelos réus Anderson Torres, Braga Netto e Augusto Heleno, ex-integrantes do governo. "Não é apenas legítima [a lei], como ainda não se pode dizer que se desconheciam que tentaram atentar contra a democracia. Quatro dos oito réus são exatamente os autores, os que têm a autoria do autógrafo", disse.

Cármen Lúcia destacou que a Procuradoria-Geral da República reuniu provas consistentes de que o ex-presidente comandou um grupo formado por integrantes do governo, das Forças Armadas e de órgãos de inteligência, responsável por um plano sistemático de ataque à democracia. "No caso, de organização criminosa que buscava o poder, que queria atingir e sequestrar a alma da República, impedindo a

validade do processo eleitoral, isso é muito mais grave e muito mais espalhado na sociedade".

Segundo o voto da ministra, os atos golpistas foram fruto de um "conjunto de acontecimentos" contra a democracia: "O 8 de janeiro de 2023 não foi um acontecimento banal, depois de um almoço de domingo, quando as pessoas saíram a passear". Cármen Lúcia afirmou ainda que há "prova cabal" da participação do ex-presidente e dos demais acusados em uma "empreitada criminosa".

"A procuradoria fez prova cabal de que o grupo liderado [pelo ex-presidente, composto por figuras-chave do governo, das Forças Armadas e de

órgãos de inteligência, desenvolveu e implementou um plano progressivo e sistemático de ataque às instituições democráticas, com a finalidade de prejudicar a alternância legítima de poder nas eleições de 2022, minar o exercício dos demais poderes constituídos, especialmente o Poder Judiciário", concluiu a ministra.

O voto da ministra Cármen Lúcia é visto como um marco no julgamento, ao reafirmar que a lei é igual para todos e que o Brasil não pode tolerar ataques contra sua democracia.

ZANIN: CONTA FECHADA

Ao votar para condenar o ex-presidente inelegível e os outros sete réus na trama golpista, o ministro Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, afirmou que uma organização criminosa liderada pelo ex-presidente tentou dar um golpe após a eleição de 2022.

Com a manifestação, Zanin sentenciou sete acusados pelos cinco crimes atribuídos pela Procuradoria-Geral da República (PGR): tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

A exceção é o deputado Alexandre Ramagem, que não responde por dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

De acordo com Zanin, as provas da Polícia Federal demonstram que



o grupo atuou de forma articulada para “romper o Estado Democrático de Direito, valendo-se diretamente da intenção expressa de uso das Forças Armadas”. O ministro disse, ainda, que o ex-presidente Jair era o maior beneficiário das ações da organização criminosa.

Em seu voto, Zanin negou as alegações de cerceamento de defesa e afirmou que todo o material probatório havia sido liberado para análise dos advogados: “Não há negativa de que foi disponibilizado todo o material

probatório. Ao contrário, se houve alguma dificuldade de manipulação dos dados, caberia aos advogados buscarem auxílio técnico”.

Zanin considerou que não houve vício ou atos que pudessem configurar suspeição do relator, ministro Alexandre de Moraes, por ter feito mais perguntas que os demais. Segundo Zanin, a legislação processual permite que o magistrado atue na condução de depoimentos e interrogatórios, inclusive com questionamentos aos réus.

FUX: O DIVERGENTE VOTO DA VERGONHA

Optamos por não comentar o voto do ministro Luiz Fux, que absolveu o ex-presidente e mais cinco aliados e votou pela condenação de seus subordinados, Mauro Cid e Braga Netto, pelo crime de abolição do Estado Democrático de Direito. Há plena informação e uma quantidade sem fim de análises nas redes sociais. Nós passamos.

OS VOTOS E A DOSIMETRIA DAS PENAS

RÉU	Alexandre de Moraes	Flávio Dino	Luiz Fux	Cármem Lúcia	Cristiano Zanin	PENA
Jair Bolsonaro	Condenado	Condenado	Absolvido	Condenado	Condenado	27 anos e 3 meses e 124 dias-multa
Walter Braga Netto	Condenado	Condenado	Condenado	Condenado	Condenado	26 anos e 100 dias-multa
Almir Garnier	Condenado	Condenado	Absolvido	Condenado	Condenado	24 anos e 100 dias-multa
Anderson Torres	Condenado	Condenado	Absolvido	Condenado	Condenado	24 anos, 100 dias-multa e perda do cargo de delegado da Polícia Federal.
Augusto Heleno	Condenado	Condenado	Absolvido	Condenado	Condenado	21 anos e 84 dias-multa
Paulo Sérgio Nogueira	Condenado	Condenado	Absolvido	Condenado	Condenado	19 anos e 84 dias-multa
Alexandre Ramagem	Condenado	Condenado	Absolvido	Condenado	Condenado	16 anos, 1 mês e 15 dias e 50 dias-multa, com perda do mandato de deputado federal e do cargo de delegado da Polícia Federal.
Mauro Cid (delator)	Condenado	Condenado	Condenado	Condenado	Condenado	2 anos

Fonte: STF

Além dos 27 anos e três meses para o chefe da tentativa de golpe, as penas aplicadas aos demais réus dimensionam o alcance da decisão do Supremo Tribunal Federal.

Walter Braga Netto, condenado a 26 anos de prisão, e Anderson Torres e Almir Garnier, com 24 anos cada, receberam as maiores punições depois do ex-presidente, evidenciando a participação ativa de militares e do aparato de segurança na conspiração. Tor-

res perde também o cargo de delegado da Polícia Federal.

Augusto Heleno foi sentenciado a 21 anos, confirmando o envolvimento de uma das figuras mais próximas ao ex-presidente.

Já o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira recebeu 19 anos, enquanto Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin e hoje deputado federal, foi condenado a 16 anos, 1 mês e 15 dias, com a perda do mandato e do cargo de delegado da Polícia Federal.

Todas essas penas privativas de liberdade foram definidas com regime inicial fechado.

Mauro Cid, em consequência do acordo de delação premiada, teve a pena menor, 2 anos, em regime aberto, com devolução de bens e valores apreendidos e extensão do acordo a seu pai, esposa e filha maior de idade.

Ademais, conforme a lei da Ficha Limpa, condenados por órgão colegiado ficam impedidos de dis-

putar eleições por oito anos após o cumprimento da pena, situação que atinge os oito réus condenados pela Primeira Turma do STF.

AS CONSEQUÊNCIAS DO JULGAMENTO

Essas condenações vão além da prisão. Especialistas em direito militar lembram que, em caso de penas superiores a dois anos, os réus militares podem perder patentes. O processo envolve trâmites em Conselhos de Justificação das Forças, mas o efeito político é imediato: o Brasil pode assistir à primeira perda formal de postos militares de alta patente por crimes contra a democracia.

Com sentença decretada no mesmo ano em que a redemocratização completa 40 anos, Cármen Lúcia verbalizou, ao votar, que o julgamento ultrapassa o campo jurídico. A ministra lembrou que o país carrega um melancólico histórico de incidentes antidemocráticos e advertiu para a necessidade de

proteger as instituições diante de sucessivas tentativas de ruptura.

A responsabilização do ex-presidente pelo STF aponta para um Brasil menos resignado diante de ataques contra a democracia. Ao longo da história, golpes de Estado, conspirações militares e rupturas institucionais encontraram terreno fértil na passividade nacional e na falta de punição dos seus artífices.

Dessa vez, porém, o tribunal sinalizou que não há espaço para tolerar a subversão das urnas e a tentativa de instalar o arbítrio, em um julgamento que também redefine o futuro do bolsonarismo. O principal réu, que já estava inelegível até 2030, entra para a história como o primeiro ex-presidente condenado por tentativa de golpe.

Para analistas, a responsabilização rompe um ciclo de impunidade que atravessou gerações, do golpe de 1964 aos atentados do Riocentro em 1981, ponto de vista contemplado no voto do ministro Flávio Dino, que afastou as acusações de arbitrarie-

dade dirigidas ao Supremo: “Estamos aqui fazendo o que nos cabe, cumprindo nosso dever. Isso não é ativismo judicial, não é tirania, não é ditadura. Pelo contrário, é a afirmação da democracia que o Brasil construiu”.



Zezé Weiss - Jornalista, editora da Revista Xapuri. Com informações (incluindo frases e textos) das seguintes fontes:

<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/se-gundo-a-votar-ministro-flavio-dino-defende-condenacao-de-reus-por-tentativa-de-golpe/>
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-09/carmen-lucia-forma-maioria-pela-condenacao-de-bolsonaro-e-aliados>
<https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2025/09/11/julgamento-voto-de-carmen-lucia-consolida-maioria-para-condenacao-de-bolsonaro/>
<https://www.poder360.com.br/poder-justica/zanin-vota-para-condenar-bolsonaro-e-7-reus-por-golpe-de-estado/>
<https://www.cartacapital.com.br/mundo/julgamento-historico-imprensa-europeia-reage-a-condenacao-de-bolsonaro/>
<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/condenacao-de-bolsonaro-por-plano-de-golpe-repercuta-na-imprensa-mundial/>



Foto: Paulo Pinto/ Agência Brasil



Foto: Legado Verdes do Cerrado/

CANELA-DE-EMA: UM TESOURO DO CERRADO BRASILEIRO

Thayná Agnelli

O Cerrado brasileiro, um dos biomas mais ricos e biodiversos do planeta, é o lar de inúmeras plantas que, muitas vezes, passam despercebidas, porém possuem um valor imenso tanto para a natureza quanto para os seres humanos. Entre elas, a *Vellozia sp.*, popularmente conhecida como canela-de-ema, se destaca não apenas por sua beleza e particularidade, mas também pelas suas adaptações e relevância ecológica.

O seu nome popular é uma combinação de duas características da planta. O termo "canela" vem de suas folhas, que têm uma textura áspera e um aroma que lembra o da especiaria, uma das mais conhecidas mundo afora. E por ter caules finos e eretos, o "ema", por sua vez, faz alusão à ave nativa do Brasil, que também habita áreas do Cerrado.

A canela-de-ema é uma planta com aparência robusta e seu porte imponente faz com que ela seja uma das espécies icônicas do Cerrado. Ela pode atingir até 2 metros de altu-

ra, suas flores são pequenas e, geralmente, variam do lilás ao branco.

IMPORTÂNCIA ECOLÓGICA

A canela-de-ema é uma peça-chave para o ciclo ecológico do Cerrado, além de ser uma fonte de alimento e abrigo para animais nativos, sua floração é crucial, pois oferece néctar para polinizadores como abelhas, insetos e beija-flores. Além disso, a planta contribui para a manutenção da biodiversidade e recuperação da vegetação após os incêndios tão comuns no bioma, já que a espécie é resistente ao fogo.

Ela também é adaptada ao clima e às condições do ambiente em que se encontra. Mesmo em períodos prolongados de seca, a planta é capaz de resistir ao calor intenso, à escassez de água e à possível baixa fertilidade do solo do local de sua ocorrência natural, uma vez que, por ser uma planta lenhosa com sistema radicular profundo, isto é, aquele que liga a planta ao solo, a

planta consegue acessar água em camadas escondidas da terra.

Por outro lado, as suas folhas, por serem longas, rígidas e serrilhadas, são adaptadas para conservar água, reduzindo a perda hídrica por transpiração, outra característica comum em espécies do Cerrado.

A canela-de-ema é um exemplo fascinante de como a natureza se adapta aos desafios impostos pelo ambiente. Com seu aroma característico e suas folhas escamosas, ela não só contribui para a paisagem do Cerrado, mas também tem um papel vital na manutenção do equilíbrio ecológico desse bioma. Dessa forma, a canela-de-ema é a prova viva de que a biodiversidade, quando respeitada, sempre encontra uma forma de prosperar!



Thayná Agnelli - Jornalista, com experiência em gestão de redes sociais. Responsável pela criação desta matéria e de outros conteúdos para o Legado Verdes do Cerrado: <https://www.legadoverdesdocerrado.com.br/canela-de-ema-um-tesouro-do-cerrado-brasileiro/>

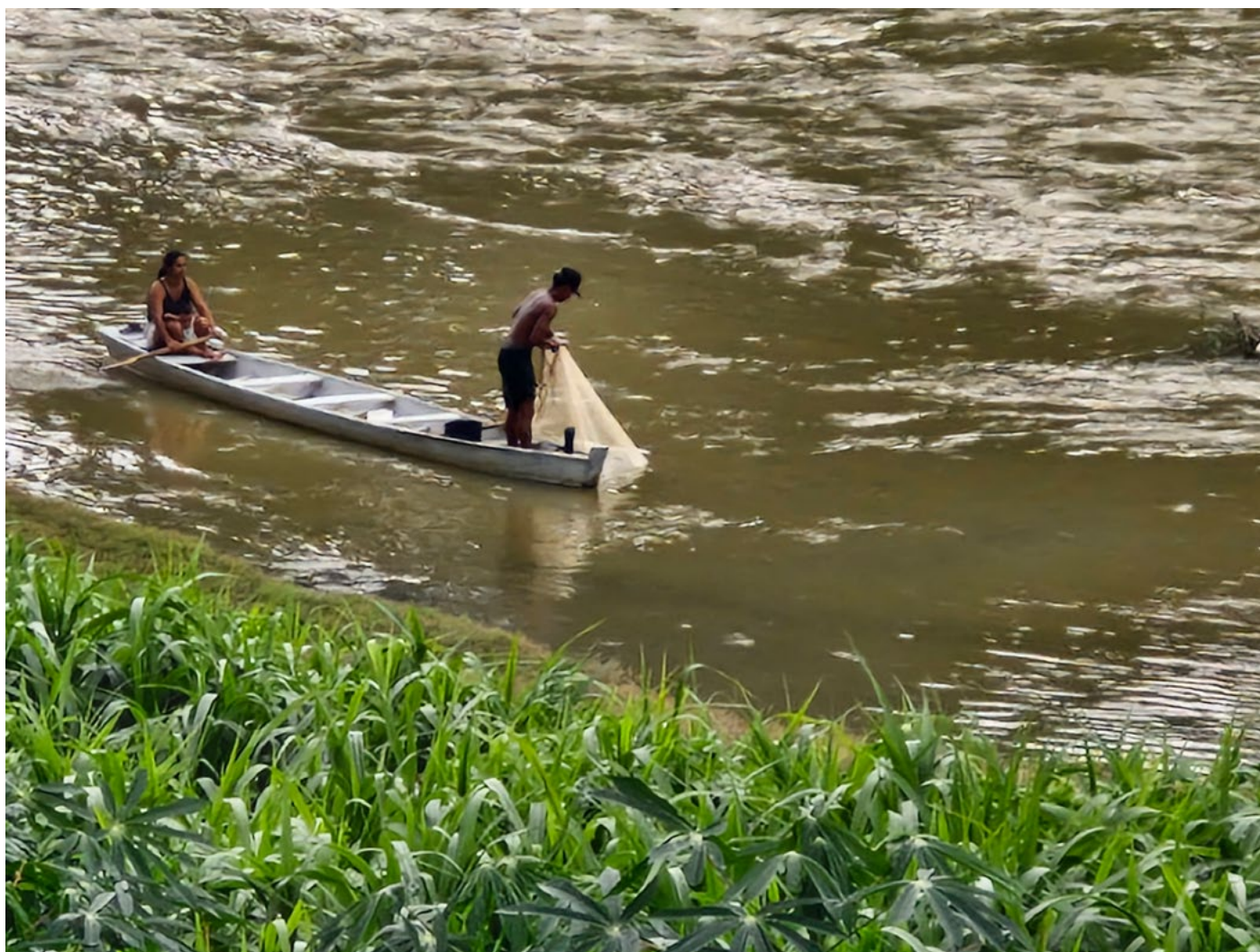


Foto: Marcos Jorge Dias

SETEMBRO: FLORES, FERIDAS E O LAMENTO DO RIO

Marcos Jorge Dias
direto das barrancas do Rio Acre

Setembro sempre chega com ares de renovação. Os ipês floridos espalham belezas e motivam campanhas que celebram a vida. É o mês da primavera, do “setembro Amarelo”, da tentativa de colorir o que o tempo insiste em apagar. Mas aqui, no coração da floresta acreana, setembro tem outro tom – um tom de lamento.

O chamado “verão amazônico” sopra ventos que não movem moínhos. Ventos inquietos, rodopiados por sacis invisíveis que levantam poeira, arrancam telhados e derrubam árvores. As nuvens, pesadas e escuras, prometem chuva, mas entregam apenas migalhas. Perfume de terra molhada sem alívio para a sede das raízes.

O rio, que já foi hidrovía, sustento e lar, agoniza. Assoreado, quente, é fio d’água que tenta chegar ao mar. Os peixes se debatem em poças rasas, sufocados. A jacanã sumiu. Os tracajás desapareceram. Até os jacarés, senhores das margens, tomaram rumo incerto. O rio está morrendo. E, com ele, tudo que vive no entorno.

Contudo, ainda há um canto. As cigarras, agarradas às árvores secas, cantam até secar. O estalar das folhas levadas pelo vento se mistura ao canto insistente, compondo uma estranha sinfonia que ecoa pela floresta cinzenta. É como se a natureza, mesmo ferida, ainda tentasse dizer algo. Ainda tentasse resistir.

Setembro também é tempo de trovoadas políticas. O ambiente, já castigado pelas mudanças climáticas, sofre com decisões que ignoram o grito das águas e das matas. E pelo balançar da carroça, como diziam os antigos, em breve nenhuma água passará por debaixo da ponte. Simplesmente porque não haverá mais águas, nem pontes.

É tempo de celebrar a vida, sim – mas também de olhar para o rio que morre, para a floresta que arde em chamas, e perguntar: que vida estamos deixando para o futuro?



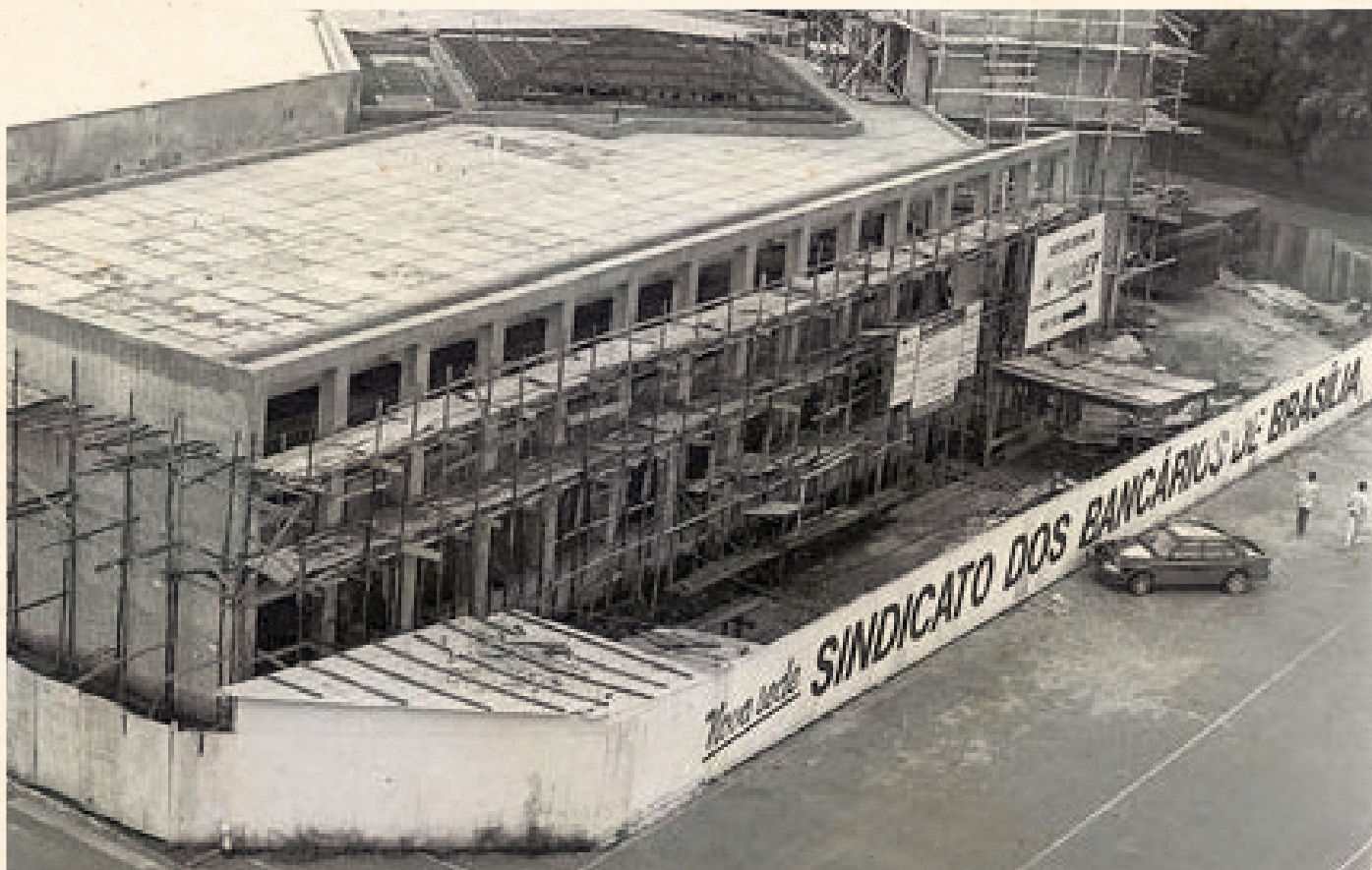
Marcos Jorge Dias – Escritor. Jornalista. Membro do Conselho Editorial da *Revista Xapuri*.



Foto: Marcos Jorge Dias

22 DE SETEMBRO DE 1960: NASCE A ASSOCIAÇÃO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA





A Associação Profissional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília foi criada na noite do dia 22 de setembro de 1960, na Associação Comercial de Brasília, com a aprovação dos estatutos e a eleição da primeira diretoria, composta por 16 membros.

Da primeira diretoria, eleita por unanimidade, fizeram parte, dentre outros: Alvimar Ferreira da Fonseca (presidente), Milton Schelb Filho (1º secretário), José Felicori Filho (1º tesoureiro), Ricardo José de Maia Correa (2º secretário) e Luiz Carlos Resende da Fonseca (2º tesoureiro).

Em entrevista concedida à *Revista Extratos*, em 2011, o bancário Milton Schelb Filho conta que ele e Alvimar Ferreira da Fonseca foram os responsáveis por dar os primeiros passos rumo à Associação.

Havia, segundo Schelb, clima e interesse entre os bancários, mas era muito difícil fazer reuniões, mesmo assim conseguiram realizar a assembleia de fundação.

“Esta letra é minha,” diz Schelb ao mostrar a Ata de Fundação. “A ata foi um trabalho conjunto com o Alvimar. Você vê que o Alvimar e eu fomos os primeiros a assinar, depois fomos ao Núcleo Bandeirante para colher mais assinaturas.”

Às primeiras assinaturas, de Alvimar e Schelb, seguiram-se as assinaturas de funcionários do Banco do Brasil, inclusive a do gerente Valter Soares Cardoso, o Jupia, além do contador do Núcleo Bandeirante.

O empenho de Alvimar, tomando a iniciativa de ir aos outros bancos, fez com que o número de adeptos crescesse muito. No total, o documento conta com 306 assinaturas.

“Quando nós começamos o movimento de formação do Sindicato, havia cerca de 400 bancários em Brasília. Havia pessoas de vários bancos, mas maioria trabalhava no Banco do Brasil,” relatou Adelino Cassis, em entrevista para a *Revista Extratos* (nov/dez 2009, p. 23).

Segundo Schelb, “não houve resistências à formação da Associação, pelo contrário, todos estavam a favor. Foi mera formalidade para atender as exigências do Ministério do Trabalho para criar o Sindicato. A partir daí, o Alvimar trabalhou muito para a criação do Sindicato.”

Fonte: *Sindicato dos Bancários de Brasília: Uma História*, 1ª edição, vol. 1, 2015.





Foto: Túlio M. Franca/ Wikimedia

CERRADO: A CONSTELAÇÃO DO MEIO-DIA

Altair Sales Barbosa

Podemos afirmar que até o ano de 1950 o Cerrado se nos apresentava ainda de forma intacta, com todos os seus matizes, e cobria de forma contínua mais de 2 milhões de km² do território nacional, abrangendo terras do oeste da Bahia, noroeste e norte de Minas Gerais, Tocantins, Piauí, e ainda de Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, parte do Maranhão e grande parte de Mato Grosso.

De forma descontínua, esse ambiente podia ser ainda encontrado nos tabuleiros do Nordeste, em Rondônia e na Chapada Diamantina na Bahia. Era um sistema em equilíbrio, com seus variados subsistemas interdependentes, flora, fauna, solo, recursos hídricos, processos atmosféricos e outros, que nos maravilhavam a visão, como se fosse uma grande constelação, numa noite sem luar.

Porém, os processos surgidos pós-Segunda Guerra Mundial, para aproveitamento da grande quantidade de produtos químicos e suca-

tas de diversos tipos de maquinários, mangueiras, canos, motores diversos, caminhões, aviões, tratores ou tanques, que pudessem ser adaptados e aproveitados, incentivaram a criação de centros de pesquisas em países que funcionaram como cobaias, México, Ceilão e Brasil. O foco era aproveitar esses restos que a guerra legou e transformá-los em insumos agrícolas que pudessem ser aplicados em grandes extensões de terras, geralmente improdutivas, do ponto de vista da economia mundial, e torná-las produtivas.

Dessa forma, o primeiro clarão se voltou para as terras iluminadas do Planalto Central Brasileiro. Os mecânicos e engenheiros logo fizeram as adaptações necessárias e mostraram utilidades para suas novas peças. Com os motores, canos, mangueiras, criaram sofisticados sistemas de irrigação, pois a água era abundante. Com os veículos militares, criaram possantes tratores e, com outras su-

catas, criaram grandes e encorpadas correntes que, junto com máquinas pesadas, operaram milagres, no que se refere à retirada das vegetações nativas de porte arbóreo.

Os pesquisadores das áreas da agronomia, química, biologia, com muito brilhantismo, transformaram os produtos químicos em adubos, inseticidas, herbicidas etc. Descobriram que seria necessário diminuir a acidez do solo, mas como a região tem muito calcário nas vizinhanças, essa foi uma tarefa fácil. Não tão fáceis foram os estudos e pesquisas para criarem mecanismos adaptativos para plantas exóticas, com possibilidades de se adaptarem às exigências ecológicas de um novo ambiente.

Mas, com centros de excelência criados e muito recurso do capital internacional e nacional, os pesquisadores logo mostraram suas habilidades para resolver esses problemas e rapidamente encontraram as soluções. E, com muita mecanização, insumos

e água em abundância, os frutos da grande produção surgiram. Infelizmente, o brilhantismo dos pesquisadores só cintilava em um olho, aquele que vislumbrava a produtividade.

O olho do conhecimento global do ambiente esteve sempre fechado. Esse fato restringia ao pesquisador a possibilidade de ver a realidade como um sistema dinâmico, cujas partes devem estar em constante interação de equilíbrio, para evitar as entropias, pois estas, uma vez desencadeadas, podem provocar situações incontroláveis.

Mas quem tem muito quer sempre mais; então, os detentores dos meios de produção exigiram dos governantes a criação de suporte de infraestrutura, surgiram estradas, postos de abastecimento e serviço, que da noite para o dia se transformaram em grandes polos urbanos: Chapadão do Céu, em Goiás; Chapadão dos Gaúchos, em Mato Grosso do Sul; Sinop, em Mato Grosso; Lucas do Rio Verde, também em Mato Grosso; Roda Velha, Rosário do Oeste, Luiz Eduardo Magalhães, todos no oeste da Bahia. Isso, sem contar os povoados existentes, que logo explodiram em municípios, com economias altamente dinâmicas e absenteístas.

Quando esse clarão irradiante bateu pela primeira vez nos locais abençoados dos chapadões centrais da América do Sul, algumas das estrelas que formavam a constelação do Cerrado começaram a desaparecer. As primeiras foram as gramíneas e plantas herbáceas pequenas, que revestiam as inúmeras campinas, locais geralmente situados em áreas planas, com mais de 850 metros de altitude. Depois atiraram ao chão as plantas arbóreas do cerrado e do cerradão, utilizando-se de correntes atreladas a possantes tratores.

Caíram pequizeiros, mangabeiras, jatobazeiros-do-campo, cagaiteiras, baruzeiros e tantas outras plantas arbóreas, que eram impossíveis de serem identificadas e quantificadas. Muitas, viraram carvão, pelo alto teor de sílica, para serem utilizadas nas grandes siderúrgicas do Sudeste. As matas subúmidas ombrófilas,

também chamadas terras de cultura, em razão da fertilidade do solo, foram os locais onde se instalaram as primeiras grandes fazendas da região; cobiçadas desde os primórdios, só restam resíduos ou relictos.

Além dos solos de boa fertilidade, seus recursos madeireiros, usados na indústria de móveis e nas construções eram também bastante cobiçados. E assim se foram aroeiras, angicos, gonçalos-alves, jequitibás, jatobás-da-mata, paus-pereira, ipês e um infindável rosário de espécies endêmicas. As matas ciliares, com o tempo, tiveram o mesmo destino; as veredas, no início preservadas, viraram também frutos da cobiça, porque representam perigos, pela presença de pequena quantidade de gado pertencente aos posseiros, que se constituíam em ameaças para o grande latifúndio.

Assim, essas estrelas, que formavam uma constelação ecossistêmica, foram desaparecendo. A extinção da flora, que constitui o ápice angular e temporal da evolução, trouxe a extinção de outros elementos, desde os atmosféricos, litosféri-

cos, hidrosféricos e biosféricos, que também foram ou estão paulatinamente desaparecendo. Alguns já desapareceram para sempre, outros só dependem da seta do tempo.

A resposta para a configuração dessa situação reside em vários pontos. Mas, se quisermos ser muito elementares, podemos simplesmente dizer que essa realidade resulta do modelo econômico predatório instalado no Cerrado. Porém, isso é óbvio demais para nossa compreensão.

A causa maior e real do problema reside no fato de que as pessoas, que às vezes se acham mais luminosas que os próprios astros celestiais, nunca entenderam que o Cerrado dos chapadões centrais da América do Sul funciona como Sistema Biogeográfico.

É muito mais simples caracterizá-lo como Bioma, conceito trabalhado por Hening, em 1916. Dessa forma, mascaram os conhecimentos e eternamente ficam deitados na rede da ignorância e não precisam se incomodar com a ciência, que a todo momento fica tirando o sossego e obrigando a pensarem continuamente.



Quando o conceito de Bioma foi criado, nem se pensava na teoria da Tectônica de Placas, cuja comprovação, a partir da década de 1960, veio revolucionar todos os conceitos que a humanidade tinha até então sobre os ambientes terrestres e marinhos, possibilitando uma visão holística dos fenômenos ambientais e ressaltando a ideia da temporalidade.

Com os conhecimentos gerados pela Tectônica de Placas, a Terra não poderia mais ser olhada como um Planeta imutável, cujos continentes e bacias oceânicas permaneciam fixos ao longo do tempo. Em vez disso, os pesquisadores começaram a ver a Terra como um planeta integrado e dinamicamente mutável. Dentro dessa perspectiva, não é possível entender o Cerrado sem a devida compreensão da gênese e evolução de suas bacias de sedimentação geológica, por exemplo, a bacia geológica do Paraná, a bacia geológica do Bambuí, a bacia geológica do Maranhão Parnaíba.

A não compreensão dos fenômenos que originaram a formação dessas bacias restringe a possibilidade de entendimento dos recursos hídricos do Cerrado, tanto em nível de superfície como em nível subterrâneo. Restringe também o entendimento da dinâmica de cada curso d'água

e suas inúmeras interações com outros fatores componentes do Sistema.

Por outro lado, a teoria da Tectônica de Placas reforçou vários outros conhecimentos como a dinâmica das correntes de convecção, que não só afeta o relevo, mas é capaz de mudar a temperatura das águas oceânicas que, por sua vez, afetam as correntes marinhas, que influenciam as correntes aéreas, modificando a composição de umidade dessas. Trouxe também o conhecimento de correntes oceânicas profundas, como a Corrente da Groenlândia, que se desloca lentamente e, por onde passa ciclicamente, altera a dinâmica das correntes marinhas que, como já foi dito, traz consequências climáticas.

A teoria da Tectônica de Placas trouxe ainda conhecimentos sobre fenômenos como *El Nino* e *La Nina*, relacionando-os com os efeitos da rotação da Terra e os movimentos dos ventos oriundos do Leste, bem como suas ações nos fatores climáticos das faixas tropical e subtropical do Planeta.

Também é importante ressaltar os avanços científicos oriundos da teoria da Tectônica de Placas e sua interação com a teoria de Sistemas, trabalhada pela Física Quântica, explicitando dados sobre a teoria do Caos, os conceitos de seta do tempo, dos equilíbrios e

desequilíbrios, da irreversibilidade, do efeito borboleta, dos fractais, e assim por diante. Elementos estes que são fundamentais para entender a globalidade de um Sistema Biogeográfico, como é o Cerrado.

Alia-se a esses fatos o advento das Etnociências, fenômeno recente dentro do nosso conhecimento, conhecido e valorizado por poucos. A Etnociência vem promovendo a integração de saberes, de muita utilidade para alargar os conhecimentos sobre a globalidade. Integrando saberes tradicionais com saberes ditos acadêmicos, foi possível o advento da Etnobotânica, da Etnozoologia, da Etnomusicologia e outros campos, fato que tem contribuído muito para que possamos repensar soluções para determinados problemas, vistos de outras posições.

Portanto, apelidar o Cerrado de bioma é tentar mascarar seus níveis de degradação.



Altair Sales Barbosa - Doutor em Antropologia / Arqueologia. Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás. Pesquisador Convidado da UniEvangélica de Anápolis. Conselheiro da *Revista Xapuri*. Excerto de *Cerrado - a constelação do meio-dia*. Editora América Ltda, 2022.





À SOMBRA DA MANGUEIRA

Paulo Freire

Escolhi a sombra desta árvore para
repousar do muito que farei,
enquanto esperarei por ti.
Quem espera na pura espera
vive um tempo de espera vã.
Por isto, enquanto te espero
trabalharei os campos e
conversarei com os homens
Suarei meu corpo, que o sol queimará;
minhas mãos ficarão calejadas;
meus pés aprenderão o mistério dos caminhos;
meus ouvidos ouvirão mais,
meus olhos verão o que antes não viam,
enquanto esperarei por ti.
Não te esperarei na pura espera
porque o meu tempo de espera é um
tempo de quefazer.
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me,
em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar
É perigoso, esperar, na forma em que esperas,
porque esses recusam a alegria de tua chegada.
Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me,
com palavras fáceis, que já chegaste,
porque esses, ao anunciar-te ingenuamente,
antes te denunciavam.
Estarei preparando a tua chegada
como o jardineiro prepara o jardim
para a rosa que se abrirá na primavera.



Paulo Freire (19/09/1921 -
02/05/1997), em *Pedagogia
da indignação: cartas pe-
dagógicas e outros escritos*.
São Paulo: Unesp, 2000.



CARTA DA SEMANA DA SOCIOBIODIVERSIDADE

NÓS, lideranças indígenas, povos e comunidades tradicionais extrativistas, quilombolas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, camponeses e camponesas, ribeirinhos, pescadores e pescadoras artesanais, extrativistas costeiros-marinhos, nos reunimos, entre os dias 1 a 5 de setembro de 2025, em Brasília, para a “Semana da Sociobiodiversidade: Fortalecendo Economias Sustentáveis, Pessoas, Culturas e Gerações”.

Contamos com a presença de mais de 450 líderes de organizações sociais e populares e reafirmamos a importância do legado de Chico Mendes em defesa da Amazônia e da Aliança dos Povos da Floresta, do Campo e das Águas

como estratégia de luta popular para garantia e consolidação dos nossos territórios e maretórios.

A Semana da Sociobiodiversidade foi um espaço de fortalecimento das economias da sociobiodiversidade no Brasil, por meio da promoção de diálogos e articulações entre diferentes setores e redes, com foco especial na região amazônica e costeiros-marinhos, incluindo outros biomas.

Foram abordados os temas: gestão e governança socioterritorial; mudanças climáticas e impactos nas economias da sociobiodiversidade; estratégias para a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30); intercâmbio

intergeracional e protagonismo das juventudes; políticas públicas; instrumentos econômicos públicos e privados; comércio justo e relações éticas com o setor privado.

Neste momento em que todas as atenções estão voltadas para o Brasil pela realização da COP 30 em Belém, esse evento teve como objetivo pensar soluções globais para um novo modelo de desenvolvimento que concilie o desenvolvimento socioeconômico com a conservação da biodiversidade, reconhecendo a importância dos conhecimentos tradicionais e a interdependência entre a conservação dos ecossistemas, a equidade social e a responsabilidade ambiental.

Reiteramos nosso posicionamento frente ao contexto de ameaças aos territórios e maretórios de uso coletivo. Para nós, são espaços sagrados de construção e manutenção das nossas identidades, saberes, fazeres e lutas. São raízes de nossa ancestralidade, onde se assentam processos políticos, sociais e econômicos.

Mesmo com a lacuna de políticas públicas socioambientais, de regularização de parte de nossos territórios e maretórios, o devido reconhecimento e retribuição por nossos conhecimentos e serviços, somos responsáveis pela conservação, manejo e proteção de mais de 30% de áreas protegidas terrestres e 26% de áreas marinhas.

Os principais processos de emissão de gases do efeito estufa e de perda da biodiversidade no Brasil estão ligados a conflitos de governança do uso e acesso à terra e ao fomento à “Economia da Destruição” (ocupação desordenada, especulação imobiliária, agronegócio, mineração, garimpo, exploração ilegal de madeira e exploração de petróleo e gás).

Em contrapartida, nossos sistemas de manejo e de produção de alimentos são promotores de biodiversidade, conservam o ambiente e mantêm ecossistemas e seus serviços (solo, água, clima, paisagens, entre outros), mas o que observamos na prática é que as políticas públicas e a estrutura do Estado beneficiam as chamadas “Economias da Destruição”, enquanto as economias da sociobiodiversidade enfrentam injustiça, racismo ambiental e desafios no acesso a incentivos e benefícios.

Reiteramos que a manutenção dos nossos territórios e maretórios e a promoção de nossos modos de vida é fundamental para que o país possa demonstrar ao mundo esforços efetivos para evitar a catástrofe climática.

A consolidação desses territórios e maretórios passa pela promoção, estruturação e desenvolvimento das economias da sociobiodiversidade. A sociobiodiversidade é a coexistência e inter-relação entre a biodiversidade e a pluralidade de sistemas

socioculturais que considera os povos, os territórios e maretórios, o conhecimento tradicional e os modos de vida como aspectos centrais para o desenvolvimento sustentável de regiões, estados, biomas e países.

As economias da sociobiodiversidade contemplam uma ampla gama de atividades, setores e produtos, abrangendo o extrativismo florestal e animal, a agricultura de base familiar, o artesanato, a pesca artesanal, o manejo da paisagem, o turismo de base comunitária, entre outros.

A sociobioeconomia que defendemos está alinhada com a ciência e a tecnologia para melhorar a coleta dos produtos florestais e da pesca, que nos permitam processar, armazenar e comercializar os produtos da sociobiodiversidade, respeitando os nossos modos de vida.

Somos contra processos de inovação que resultem em pacotes tecnológicos e sistemas de produção de altos insumos, difundidos para substituir a floresta nativa por monocultivo de variedades geneticamente uniformes, que favorecem as grandes commodities com o objetivo de atender a indústria de alimentos e depois serem falsamente propagados como sistemas ambientalmente adequados.

Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham ameaçar nossos territórios e mare-

tórios, as nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir.

Conforme dados das plataformas oficiais, no Brasil, essas economias desempenham papel significativo para a segurança e soberania alimentar da sociedade brasileira, para o emprego e geração de renda e para a conservação da biodiversidade. Mas ainda sofremos com a invisibilidade histórica, a deficiência de dados, a baixa repartição de benefícios pela inovação a partir dos conhecimentos tradicionais e do patrimônio genético, o não reconhecimento dos serviços ambientais associados e de políticas públicas socioambientais que precisam ser aperfeiçoadas.

Reconhecemos os desafios enfrentados para garantir a permanência da juventude no território e o fortalecimento de nossas identidades, culturas e modos de vida. Reafirmamos que a juventude extrativista é guardiã da sociobiodiversidade. Nossas demandas expressam a urgência de políticas públicas que assegurem o direito de existir, resistir e sonhar em nossos territórios e maretórios.

A mobilização da Semana da Sociobiodiversidade reforça que povos extrativistas, indígenas, quilombolas, costeiros-marinhos e os demais povos e comunidades tradicionais não são apenas guardiões da floresta, dos campos e das águas, mas também protagonistas de soluções



Foto: Thiago S. Araújo



Foto: Thiago S. Araújo

concretas para a crise climática e para um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

Durante o encontro em Brasília foi realizada a Pré-COP dos Oceanos, Pesca Artesanal e Extrativista Costeiro-Marinheiro, o III Encontro Nacional das Juventudes de Povos e Comunidades Tradicionais, a 14ª Reunião do Coletivo do Pirarucu, a Reunião do Coletivo da Borracha e a Reunião do Observatório Castanheira-da-Amazônia (OCA) & Mobilizadores das Regionais Castanheiras. Nessas reivindicações prioritárias são:

1. Segurança socioterritorial e Salvaguardas

- ✓ Garantir a consulta livre prévia e informada dos povos e comunidades tradicionais, conforme a Convenção 169 da OIT, com compensação ambiental, frente aos grandes projetos de infraestrutura ou em-

preendimentos, como exploração de petróleo no litoral, parques eólicos, hidrelétricas, exploração de terras raras, entre outros;

- ✓ Assegurar os instrumentos de salvaguarda e respeitar os protocolos de consulta comunitária;
- ✓ Garantir a proteção das lideranças e ativistas ambientais e seus territórios;
- ✓ Ampliar os programas e combater ao crime organizado e a crimes ambientais para atuação nos territórios e territórios tradicionais de Uso Coletivo.

2. Gestão e Governança Territorial

- ✓ Demarcação e Proteção Territorial das Terras Indígenas, Reservas Extrativistas (Resex) e Territórios Quilombolas;
- ✓ Garantir que o Estado promova ações integradas de proteção

territorial, assegurando soberania, sustentabilidade ambiental e direitos dos povos e comunidades tradicionais;

- ✓ Fortalecer o protagonismo de mulheres e jovens na gestão socioterritorial e nas cadeias produtivas, promovendo equidade de gênero e inclusão social;
- ✓ Criação e consolidação das Resex Costeiras e Marinhas e territórios de povos e comunidades tradicionais na zona costeira-marinha;
- ✓ Fortalecimento das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, garantindo protagonismo comunitário na gestão;
- ✓ Defesa dos territórios frente a grandes empreendimentos, garantindo consulta livre, prévia, informada, com atenção especial aos empreendimentos de eólicas offshore, da indústria do petróleo e gás, mineração do mar, portos e cabotagem, turismo de massa e aquicultura industrial. Isso não é Economia Azul;
- ✓ Consultar e garantir o protagonismo das comunidades tradicionais costeiras-marinhas sobre propostas de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) que tratem da temática de Oceanos e Zona Costeira;
- ✓ Incluir a juventude no debate e discussões referentes à demarcação e regularização fundiária.



Foto: Thiago S. Araújo

3. Políticas Públicas, Instrumentos Econômicos e Financiamentos

- ✓ Ampliar o orçamento do PAA Compras Públicas e retomada do orçamento para o PAA Formação de Estoque para os produtos da sociobiodiversidade;
- ✓ Ampliar o acesso e realizar a adequação do Pronaf à realidade e diversidade de povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Garantir a participação dos povos e comunidades tradicionais no processo de regulamentação e implementação da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais para as economias da sociobiodiversidade;
- ✓ Garantir amplo apoio do Congresso Nacional na tramitação do PL 1.528/2025 (Garantia-Safra) como política emergencial em caso de eventos extremos, em que povos e comunidades tradicionais tenham suas rendas diminuídas por quebra de safra e outros;
- ✓ Criar o Seguro Seringueiro/Extrativista para entressafra (aos moldes do Seguro Defeso);
- ✓ Garantir a aprovação da revisão da Instrução Normativa Conjunta no 17 (MAPA/MMA), referente à certificação orgânica de produtos extrativistas, possibilitando a inclusão do pirarucu manejado como produto extrativista orgânico;



Foto: Thiago S. Araújo

- ✓ Assegurar recursos adequados para a PGPM-Bio/SocioBio+, incluindo limites por família, preços mínimos e valores globais, superando os atuais gargalos orçamentários;
- ✓ Reforçar o Programa de Manejo Sustentável do Pirarucu (Arapaima gigas) e Conservação dos Ecossistemas de Várzea – Programa Arapaima do IBAMA, garantindo orçamento, servidores e estrutura técnica necessárias para sua implementação;
- ✓ Viabilizar políticas de infraestrutura – transporte, armazenamento, logística, processamento – para as economias da sociobiodiversidade; Fortalecer os modos

de vida e os sistemas alimentares da pesca artesanal, costeira-marinha e continental, com incentivos para a produção, infraestrutura, condições e preços justos para acessar mercados;

- ✓ Garantir o controle social na implementação da Lei Complementar 214, de 2025 (nova lei tributária) para efetivação das isenções tributárias dos produtos da Sociobiodiversidade;
- ✓ Viabilizar a comercialização direta (feiras, plataformas digitais, políticas de compras institucionais como PNAE e PAA);
- ✓ Garantir acesso às políticas públicas estruturantes de educação contextualizada em respeito às diversidades dos territórios e maretórios, saúde, habitação, acesso à energia, entre outros.

4. Juventude e Gênero

- ✓ Criação do Conselho Nacional da Juventude dos Povos e Comunidades Tradicionais, tendo em vista a necessidade de autonomia, protagonismo e as especificidades dessa juventude;
- ✓ Criação de políticas públicas para a juventude de povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Apoio à comunicação para fortalecimento das vozes da juventude tradicional com incentivo a



rádios comunitárias, coletivos de comunicação popular e produções audiovisuais locais;

- ✓ Estabelecer canais de diálogo entre a juventude e o Estado, garantindo a ampla participação em todas as políticas que os afetam;
- ✓ Inserção da história, cultura e práticas tradicionais, com a inclusão de temáticas sobre sociobiodiversidade, extrativismo e gestão territorial nos currículos das escolas e universidades;
- ✓ Apoio a projetos de extensão universitária com povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Criação de programas de fomento à cultura de povos e comunidades tradicionais (danças, músicas, artes, culinária);
- ✓ Criação de editais específicos de cultura e comunicação voltados para a juventude de povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Implementação de um Programa Nacional de Educação Ambiental Extrativista, construído de forma participativa;
- ✓ Formação de educadores ambientais comunitários;
- ✓ Criação de programas de formação política para a juventude;

- ✓ Implementação de oficinas e formações em temáticas pertinentes relacionadas ao território para jovens;
- ✓ Ampliação do acesso a linhas de crédito específicas para jovens dos povos e comunidades tradicionais (ex.: Pronaf Jovem);
- ✓ Garantir a participação da juventude nos processos de certificação para agregação de valor da produção da sociobiodiversidade;
- ✓ Capacitação da juventude em empreendedorismo comunitário eco-cooperativismo solidário;
- ✓ A criação de um percentual (cotas) que favoreça a juventude de povos e comunidades tradicionais nos editais de concursos governamentais;
- ✓ Inclusão obrigatória de representantes jovens de povos e comunidades tradicionais nos conselhos e instâncias de controle social.

5. COP 30

- ✓ Garantir a participação e visibilidade dos Coletivos das economias da sociobiodiversidade na COP 30, promovendo troca de conhecimento e o reconheci-

mento efetivo dos modos de vida e práticas dos povos e comunidades tradicionais no enfrentamento à crise climática como parte essencial do caminho para o desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável;

- ✓ Apoiar a participação e processos formativos para incidência nacional e internacional no contexto das COPs, como do Clima e da Biodiversidade;
- ✓ Garantir o direito ao Seguro Climático como compensação financeira pelos prejuízos provocados pelos eventos extremos frutos da emergência climática, com impactos que geram perdas de produtividade, impossibilidade de plantio, coleta ou extração, insegurança alimentar, entre outros.

Povos e comunidades tradicionais:

nada sobre nós, sem nós!

A morte da floresta é o fim da nossa vida!

Juventude que ousa lutar constrói o poder popular!

COP 30: a resposta somos nós!

Brasília, 5 de setembro de 2025.



RÚSTICO REFÚGIO

Antenor Pinheiro



Foto: Antenor Pinheiro

Entre coqueirais que dançam ao vento e o mar que repousa em tons de verde cristalino, está São Miguel dos Milagres, um pedaço intocado do litoral alagoano. Sua rusticidade não é ausência de modernidade, mas presença plena da natureza: ruas de terra, jangadas que cortam silenciosas o horizonte e o som dos pássaros costurando o silêncio. As praias se estendem quase desertas, onde o caminhar não encontra pressa e cada pegada na areia parece um convite à contemplação. Ali, o homem ainda convive em harmonia com o tempo das marés, a pesca artesanal que sustenta famílias há gerações, e os recifes de corais que

protegem a costa feito muralhas vivas. São Miguel dos Milagres não é apenas opção turística, mas refúgio contra a pressa, contra o concreto que sufoca, contra o esquecimento de que somos parte de um todo conectado. Sua rusticidade é lição de sustentabilidade, lembrete de que preservar é também respeitar o ritmo natural das coisas, reencontrar-se com a simplicidade essencial: redes armadas à sombra, frutas colhidas na orla, caminhos instigantes. Uma vida que se costura sem excessos, sustentada pela generosidade da terra e do mar. Em tempos de urgência climática, o lugar ecoa como milagre real: o de que ainda

há lugares onde a natureza fala mais alto do que as máquinas, e onde o futuro pode ser escrito sem apagar a memória da terra.



Antenor Pinheiro –
Geógrafo. Membro do
Conselho Editorial da
Revista Xapuri.





Foto: Leonardo Silva / Wikimedia

MORTES E DESAPARECIMENTOS DURANTE A DITADURA: UMA NOVA APROXIMAÇÃO SOBRE A VERDADE HISTÓRICA

— Gilney Viana

O número de 434 mortos e desaparecidos durante a ditadura militar, reconhecidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2014, foi uma vitória dos seus familiares, dos movimentos pela anistia e de todos e todas que lutaram contra o estado ditatorial e lutam até hoje contra as limitações impostas ao estado democrático de direito, especialmente no campo da memória, verdade, justiça e reparação. Como tal deve ser celebrado, na condição de uma primeira aproximação oficial da verdade histórica, porque 434 não corresponde ao número e à diversidade social e cultural de pessoas mortas e desaparecidas

durante a ditadura militar, como, aliás, alertava a própria CNV.

Contrapondo ao número de 434 reconhecidos pela CNV, o autor apresenta nesse artigo o número de 2.489 mortos e desaparecidos durante o período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988 (período estabelecido pela lei 10.536, de 14/08/2002, que alterou a lei 9.140 de 4 de dezembro de 1995, que fixou o limite inferior quando da quebra da ordem constitucional pela tentativa de golpe de 1961 e o limite superior, estabelecido pelo Art. 8º do ADCT, CF-1988, reconhecendo o caráter de exceção do governo do presidente José Sarney, eleito

indiretamente segundo normas fixadas pela ditadura militar, até a data da promulgação da nova constituição). Esse número está aberto a discussão, na expectativa de alguma forma de reconhecimento, compreende principalmente camponeses, mas também religiosos, advogados, outros profissionais e indígenas associados aos conflitos de terra que, embora conhecidos, não foram reconhecidos; sendo certo que no caso dos indígenas há evidências de um número bem superior de mortos anterior, durante e posteriormente a este período, o que justifica a demanda por uma Comissão Indígena da Verdade,



pleiteada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB.

O PROTAGONISMO DOS FAMILIARES

A bandeira do reconhecimento dos mortos e desaparecidos emergiu da luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita e ganhou uma dimensão política maior ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a atuação da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP), ainda no período ditatorial, e continuou no período democrático.

Do protagonismo dos familiares resultou o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964 (Dossiê), cuja primeira edição, de 1984, listou 339 nomes, e uma segunda edição, de 1995, com 398 nomes, e contribuiu fortemente para a criação e desempenho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), pela Lei 9.140, de 05/12/1995. Representou uma conquista democrática, embora limitada por severas restrições, como a que define como elegível ao reconhecimento apenas os casos dos que “tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas” (art. 4º, I, α), o ônus da

prova aos familiares e o prazo curtíssimo para apresentação dos requerimentos, o que já excluía a maioria dos casos de camponeses e indígenas.

Segundo o Relatório da CEMDP, de 2007, o Dossiê dos familiares “valeu como base e ponto de partida consistente para o rigoroso exame da Comissão Especial”. Em verdade, foi mais que isso: a luta dos familiares, com apoio de forças democráticas, alargou o conceito e os prazos da lei e conquistou o reconhecimento pela CEMDP de 317 casos do Dossiê, correspondendo a 81,7% do total dos 388 casos reconhecidos (deferidos) pela CEMDP/lei 9.140. Neste caso, o Estado trabalhou exclusivamente com os nomes indicados pelos familiares, via Dossiê e via requerimentos individuais apresentados. Aliás, é o que diz o próprio relatório da CEMDP: “O referido Dossiê, preparado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, valeu como base e ponto de partida para o rigoroso exame da Comissão Especial” (p. 19).

A VERDADE DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Pressionado por ações judiciais demandadas por familiares de mortos e desaparecidos políticos perante a

Justiça brasileira e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, principalmente pela iminente condenação no julgamento do Caso Gomes Lund e outros X Brasil (Guerrilha do Araguaia), o Estado brasileiro criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), pela lei 12.528 de 18/11/2011.

A CNV teve méritos políticos inegáveis: possibilitou uma discussão pública sobre os crimes cometidos pela ditadura militar; provou que prisões ilegais, torturas, mortes e desaparecimentos forçados compunham uma política de Estado e não desvio de conduta de agentes subalternos nos “porões da ditadura”; identificou as cadeias de comando; e expôs os perpetradores dos crimes de lesa-humanidade, vale dizer, os torturadores, à execração pública.

Contudo, as assertivas qualitativas não tiveram correspondência quantitativa no que diz respeito aos mortos e desaparecidos.

Diferente da CEMDP, a CNV tinha a missão de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do ADCT, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a conciliação nacional” (art. 1º) e não se limitaria aos casos de pessoas atingidas “por



Foto: Antonio Cruz/ Agência Brasil



terem participação ou terem sido acusadas de participação em atividades políticas” – como exigia a Lei 9.140/CEMDP, ou tivessem cometido “crimes políticos”, como na lei de Anistia (LEI 6.683/1979).

Na prática, ou melhor, em seu relatório, a CNV adotou tanto o conceito de caso elegível (participação ou acusação de participação em atividades políticas) como a mesma fonte usada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, ou seja, o Dossiê dos familiares, em versão revista e ampliada, de 2009.

Ainda assim, não se justifica a exclusão dos camponeses e aliados, a não ser que a CNV não tenha reconhecido o caráter genericamente político das lutas camponesas e negue o seu protagonismo político disputando não apenas terra, mas direito de cidadania, direito de ter direitos, reproduzindo o conceito colonial das classes dominantes agrárias.

A EDIÇÃO DO DOSSIÊ DOS FAMILIARES DE 2009 BALIZOU OS TRABALHOS DA CNV

A edição revista e ampliada do Dossiê dos familiares de 2009, agora sob o título “Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), listou 436 nomes, e a Comissão Nacional da Verdade, em seu Relatório (Tomo III) reconheceu 434 nomes de mortos e desaparecidos políticos, dos quais 427 constavam do Dossiê Ditadura.

O quadro abaixo mostra a relação entre reconhecidos pela CNV e pela CEMDP (equivalente a deferidos) e as respectivas edições do Dossiê dos familiares

FONTE	Número de Reconhecidos	Contribuição dos Dossiês	% dos respectivos Dossiês no total
CEMDP	388	317	81,7
CNV	434	427	98,3

Dos 434 mortos e desaparecidos forçados, como manda a lei 12.528/2011, reconhecidos pela Comissão Nacional da Verdade; 98,3%, ou seja, 427, são listados como mortos e desaparecidos políticos pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (Relatório de 2009), e 317, sob este mesmo conceito, deferidos pela CEMDP.

DA EXCLUSÃO DOS CAMPONESES, INDÍGENAS E ALIADOS

A CNV tomou conhecimento de milhares de mortes e desaparecimentos forçados através de “grupos de trabalho constituídos no âmbito da própria comissão”, reduzidos a Textos Temáticos “produzidos sob a responsabilidade individual de alguns conselheiros da Comissão” (p. 9, do Volume III). Igualmente aconteceu com as contribuições de variadas comissões da verdade, inclusive estaduais e municipais, publicações de entidades como a Comissão Pastoral da Terra, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST) que não foram levadas em conta para o reconhecimento de um caso sequer dentre os mortos e desaparecidos reconhecidos pelo Relatório da CNV.

Também não considerou contribuições de outros entes estatais, como foi o caso do relatório “Camponeses Mortos e Desaparecidos Políticos: Excluídos da Justiça de Transição”, que lista os nomes de 1.196 camponeses e aliados mortos e desaparecidos, dentre os quais 75 lideranças sindicais, 7 religiosos e 14 advogados, compreendendo o período de 02/09/61 a 05/10/88, elaborado por este autor para o Projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (DMV/SDE-PRE) e enviado à CNV a título de contribuição e também publicado em livro ainda em 2013.

Vale a pena confrontar os dados dos Relatórios da CNV e do DMV/SDH-PRE, e a atual lista deste autor, GAV/2025.

PERÍODO	CNV/ 2014	DMV/ 2013	GAV/ 2015
Anterior ao Golpe (02/09/62 - 30/03/64)	11	4	59
Ditadura Militar (31/03/64- 15/03/85)	421	756	1062
Período de Exceção (15/03/85 - 05/10/88)	2	436	947
TOTAL	434	1.062	2.068

Primeiro, as listas referentes ao DMV/2013 e GAV/2025 são compostas fundamentalmente de camponeses, porque assim indicam os dados históricos, enquanto a lista da CNV/2014 computa apenas 43 camponeses (vide quadro abaixo). Segundo, vê-se que o maior número de casos ocorreu durante a ditadura militar (31/03/64 a 15/02/85) em todas as três listas. Terceiro, no período de exceção (de 15/03/85 a 05/10/88), o Relatório da CNV registra apenas 2 casos, sendo um deles de uma liderança camponesa, contra 436 no Relatório DMV/2013 e 947 no GAV/2025, embora a CNV tenha sido informada sobre a guerra no campo durante os períodos de governo Figueiredo e Sarney, imposta pelos latifundiários e empresários rurais (agronegócio) e insuflada pela União Democrática Ruralista (UDR), sob o pretexto de defender a propriedade e combater a subversão, e que no fundo era uma disputa política sobre o lugar dos camponeses e indígenas no futuro estado democrático de direito.

A PROPOSTA DA SEGUNDA APROXIMAÇÃO DE 2.489 MORTOS E DESAPARECIDOS

Incorporando os 434 nomes de mortos e desaparecidos da CNV/2013 aos da lista GAV/2025, e eliminando as duplicatas, produzimos a segunda aproximação da verdade histórica com 2.489 mortos e desaparecidos, de 02/09/1961 a 05/10/1988, com a diversidade social exposta no quadro abaixo.

Número e Diversidade social dos mortos e Desaparecidos



Foto: Edilson Rodrigues/ Senado Federal do Brasil

CATEGORIA	CNV/ 2014	%/ CNV	GAV/ 2025	%/GAV	CNV +GAV	%/CNV +GAV
Estudante	118	27,1	0	0	118	4,7
Operário	64	14,7	0	0	64	2,8
Camponês	43	9,9	1.785	86,3	1.785	71,7
Militar	36	8,3	0	0	36	1,4
Professor	28	6,4	0	0	28	1,1
Profissional Liberal	26	5,9	0	0	26	1
Bancário	7	1,6	0	0	7	0,3
Advogado	7	1,6	18	0,8	18	0,7
Religioso	4	0,9	8	0,3	8	0,3
Indígenas	0	0	193	9,3	193	7,7
Outros	101	23,3	105	5,1	206	8,3
TOTAL	434	99,7	2.068	101	2.489	100

A categoria com maior frequência na lista CNV é a dos estudantes, com 27,1%, enquanto na GAV/2025,

é a dos camponeses (86,3%), e na proposta de segunda aproximação (CNV+GAV) 71,7%; em tal pro-

porção, é que se pode dizer que a lista da CNV é fundamentalmente urbana e as duas outras, rural e camponesa. De igual visibilidade é a ausência de indígenas na lista da CNV, contra 193 na lista GAV/25 e na lista GAV+CNV.

As mesmas razões, fundadas e justas, de reconhecimento de João Pedro Teixeira, Wilson Pinheiro da Silva, Raimundo Ferreira Lima, Margarida Maria Alves e Nativo da Natividade de Oliveira, pela CNV (vide os respectivos verbetes do Relatório da CNV, V. III, que mostram a ação de pistoleiros em associação, conivência ou omissão de agentes do Estado) valem para outros 27 presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e para o conjunto de 1.742 camponeses mortos e desaparecidos, como também para seus aliados, religiosos e advogados.

Sem negar os 434, está na hora de afirmar uma nova aproximação da verdade histórica.



Gilney Amorim Viana – Ambientalista. Escritor. Ex-Preso Político. Conselho Editorial da Revista Xapuri.



Foto: Paulo Pinto/ Fotos Públicas



8 de setembro: DIA DA ALFABETIZAÇÃO

Eduardo Galeano

Sergipe, Nordeste do Brasil: Paulo Freire começa uma nova jornada de trabalho com um grupo de camponeses muito pobres, que estão se alfabetizando.

— Como vai, João?

João se cala. Amassa o chapéu. Longo silêncio, e finalmente ele diz:

— Não consegui dormir. A noite inteira foi sem fechar os olhos.

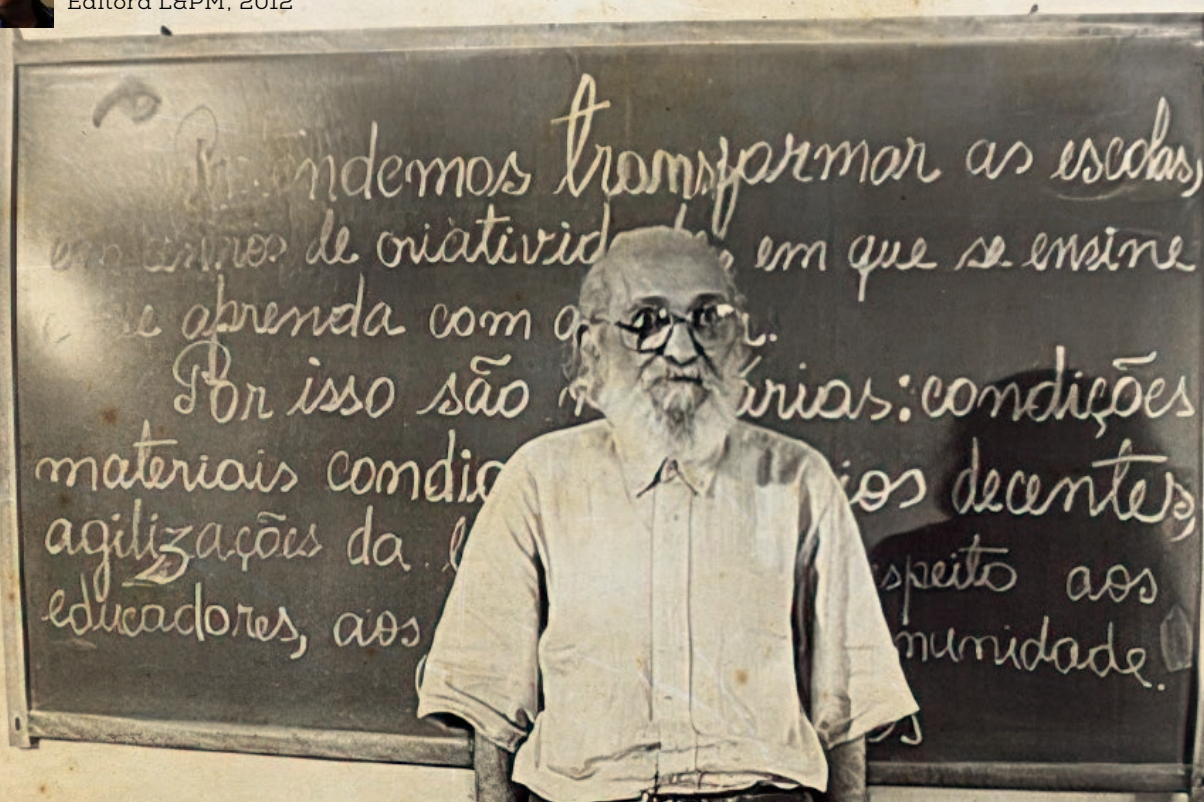
Mais palavras não saem de sua boca, até que ele murmura:

— Ontem, eu escrevi meu nome pela primeira vez.



Eduardo Galeano
(1940-2015) – Escritor,
em *Os Filhos dos Dias*.
Editora L&PM, 2012

 **SINTEGO**
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS



RODRIGO BRITTO É CONDECORADO PELO TRT BRASÍLIA COM A ORDEM DO MÉRITO DE DOM BOSCO



Foto: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/Divulgação

Comenda é conferida pelo “reconhecimento daqueles que contribuem para o engrandecimento do Poder Judiciário e do Direito do Trabalho”

O presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN), Rodrigo Britto, recebeu, no dia 29 de agosto, a Comenda da Ordem do Mérito de Dom Bosco, uma das mais prestigiadas honrarias conferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, de Brasília e Tocantins.

A entrega da condecoração ocorreu na Sala de Sessões Desembargador Herácito Pena Júnior, no Edifício Sede do TRT10. “É uma grande satisfação e uma honra receber essa comenda da Ordem do Mérito de Dom Bosco”, agradeceu Rodrigo, após receber o prêmio.

“Neste dia estamos celebrando o reconhecimento da luta, mas não

uma luta individual. Uma luta que, embora a homenagem seja individual, essa homenagem representa um coletivo de companheiros e companheiras que desde 2003, quando virei delegado sindical do Banco do Brasil, e até hoje, enquanto presidente da nossa Federação, estão junto conosco na luta do dia a dia. Agradeço ao Tribunal Regional do Trabalho, mas também agradeço cada companheiro e companheira que caminhou essa luta conosco.”

A deputa Erika Kokay (PT-DF) compareceu à cerimônia e disse: “Estou aqui com muita alegria participando da homenagem da Ordem do Mérito de Dom Bosco da Justiça do Trabalho a Rodrigo Britto, que foi presidente do Sindicato

dos Bancários de Brasília e hoje é presidente da Fetec Centro-Norte”.

O desembargador do Tribunal do Trabalho da 10ª Região Gilberto Augusto Leitão Martins explicou a homenagem: “Para fortalecer a nossa Justiça do Trabalho não podia faltar um sindicalista do grau e da excelência do nosso Rodrigo Britto. E acho muita justiça que o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região confira a ele essa condecoração”.

A Ordem do Mérito de Dom Bosco tem o objetivo de prestar “reconhecimento daqueles que contribuem para o engrandecimento do Poder Judiciário e do Direito do Trabalho”, segundo definição do próprio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

Fonte: Fetec-CUT/CN



Foto: Fetec-CUT/CN



MEMÓRIA

VERÍSSIMO CHEGA AO CÉU

Antônio Carlos Queiroz - ACQ

Foto: Alice Vergueiro/ Divulgação





Com o nome na lista dos potenciais cidadãos brasileiros bem-vistos, preparada pelo Departamento de Estado, a chegada do Veríssimo no Paraíso só aconteceu na manhã da segunda-feira, 1º de setembro, depois da questão ser esclarecida pelos burocratas celestiais.

– Caramba, mais um dia de atraso e eu perderia a abertura do julgamento do Bolsonaro. No Limbo não tem televisão – impreco o saxofonista gaúcho.

Depois da recepção com tapete vermelho na portaria do São Pedro, Veríssimo tocou o piano, assinou a papelada, e logo foi levado para a sua dacha eterna pra tomar uma ducha. Beliscou uns canapés, tomou um gole de Bordeaux da excelente safra de 2010, e fez uma anotação no moleskine: “Perguntar a São Pedro: ‘In vino, veritas’, ok! Mas em que garrafa?”

Ainda cabreiro por ter vindo parar nos Campos Elíseos e não num deserto siberiano de vulcões ativos, onde certamente encontraria o Paulo Vanzolini, o Dalton Trevisan e o Nelson Rodrigues, nosso herói resolveu dar uma sapeada nos arredores. Ali, um grupo de velhinhos jogando gamão, acolá outro brincando de bocha. Adiante, mulheres reunidas numa varanda tricotando colchas em ponto arroz, aparentemente falando mal de alguém. Por quê?

Porque cochichavam...

– Ih, já vi que a natureza humana não muda nem aqui! – pensou o escriba tomando carona numa frase do Doutor House.

Quinze minutos de caminhada depois (“Um paradoxo, cogitou, dado que não há tempo na Eternidade”), Veríssimo encontrou sua turma: o Jaguar, recém-chegado, o Millôr, o Ariano Suassuna, a Nélida Pinhão, a Heloisa ex-Buarque de Hollanda, e meia dúzia mais desse tipo de gente. Acabou tendo uma crise de incontinência emocional ao encontrar o Érico, seu pai. Pensou em tomar umas gotas de Rivotril pra se acalmar,

mas percebeu que a sua camisola de linho branco, inconsútil, nem tinha bolsos.

Cumprimentos efusivos após, soube que os amigos estavam discutindo a entrevista da Auro-ra Fornoni Bernardini à Ilustríssima do domingo. O Suassuna havia catado a peça na Internet, concordando 80% com a professora. (O engraçado é que até aquela hora ninguém havia feito um trocadilho com o nome do meio dela).

– Não dá pra comparar o Itamar com o Afrânio Peixoto, meus amigos – disse o Ariano.

– O Sarney, sim, mas eu nunca soube que o Itamar tivesse escrito qualquer coisa – espantou-se o Veríssimo.

– Ah, não, esse é outro, o Vieira – esclareceram.

– Parente do Antônio?

– Já vi que as discussões com o Luisinho vão ser animadas – cochichou a Nélida no ouvido da Helena.

Fato é que a discussão foi longe. O Suassuna tratou de botar ordem no debate, elencando critérios para o julgamento. “Subliteratura, literatura mediana e alta literatura são medidas de gosto” – ensinou. “Não podemos perder de vista as questões de forma e de conteúdo; linguagem, estrutura, gênero, de um lado, e temas, ideias, enredo, personagens etc., do outro. Tem gente que não separa o plano da história do plano do discurso. O estilo define a literatura assim como define o homem? – acrescentou, com uma indagação.

*Veramente quant’io del regno santo
ne la mia mente potei far tesoro-
sarà ora materia del mio canto.*

– Letras de música como as do Gil são literatura? – provocou a Nélida.

– Bem, o Prêmio Nobel laureou o Bob Dylan – replicou o Jaguar.

O Millôr, um dos primeiros a reconhecer a mestria literária da Ana Maria Gonçalves (Um Defeito de Cor), ainda em 2007, lascou: “E a Cassandra Rios? E os Catecismos do Zéfiro?”

O papo esquentou, quase desandando para os sopapos até que a turma se acalmou com a chegada da Hilda Hilst de braço dado com a Dercy Gonçalves, sempre falante:

– Gendedeus, eu preciso apresentar pra vocês a banda do Gabi, um querubim que eu conheci ontem!

Caladão, o Veríssimo ia assumando essas e outras. De vez em quando fazia anotações no moleskine, quem sabe, assuntos para as próximas crônicas.

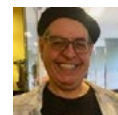
Estava feliz por descobrir que o seu Alzheimer tinha passado ali no Céu, sem deixar traços. A certa altura propôs: “Que tal a gente discutir na próxima vez os filósofos do Brasil? O Olavo, que tomou o Planalto, dá umas três sessões. O filósofo do Bradesco talvez meia”.

– Filósofo do Bradesco, quem é? – perguntou o Antônio Cícero.

– O Leandro Karnal, ué! Carne e unha com o Capital!

Dito isso, o Veríssimo se levantou, deu um gudibai pra turma e saiu saltitante pelos campos de alfazema, já se sentindo em casa. Diz o Millôr que ele foi pra casa recitando versos do Paradiso:

Tudo o que eu puder do reino santo
entesourar no meu entendimento,
será matéria agora do meu canto.



ACQ – Antônio Carlos Queiróz – Jornalista.

Horta coletiva de escola do DF renova esperanças e diminui necessidades locais

A preocupação com o meio ambiente e a educação ambiental são ideias que devem ser plantadas desde cedo na rotina das crianças, e a Escola Classe 12 de Sobradinho, no Distrito Federal, mostra que isso é possível e necessário. Em trabalho conjunto com a comunidade, a unidade escolar promove desde 2024 o Projeto Horta Arco-íris, que tem o objetivo de inserir os alunos no contato com as ciências, fomentar o conhecimento científico e os saberes existentes incentivando inovações e criatividade.

Com a preocupação de mostrar ações práticas para a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, o projeto tem início com a criação de uma horta com fundamentos agroflorestais de produção agrícola. Em um segundo momento, são realizadas ações de coleta seletiva do lixo da escola, com a separação segundo a composição dos materiais, partindo para a produção de fertilizantes naturais em composteiras ou minhocários das matérias orgânicas produzidas pelos estudantes. O projeto ainda prevê ações sistêmicas com



a captação da água da chuva para uso nas práticas da escola, a produção de energia solar e a produção de biogás, consolidando a identidade de auto sustentabilidade da escola. A primeira colheita foi feita em julho de 2024, momento em que a cantina da escola preparou um lanche com os produtos colhidos da horta.

Todo o processo utilizado no projeto busca transformar a EC 12 em uma escola autossustentável. "A produção de alimentos em hortas é uma maneira de acesso ao alimento, pois permite o planejamento coletivo, a implementação e acompanhamento da produção do que se come. A horta é social, comunitária, econômica e ambientalmente sustentável com respeito a cultura e diversidade local, além de gerar novos aprendizados.





É considerada uma das mais eficientes ferramentas educativas, capaz de promover vivências, construir memórias afetivas, construir um ambiente inclusivo a todos e permitir a conexão com a terra e suas riquezas”, explica Iris Soares, professora da EC 12 de Sobradinho.

Com os alimentos colhidos na horta, a escola tem proporcionado segurança alimentar e nutricional aos alunos, funcionários, servidores e até famílias, ação fundamental no combate à fome e em busca de uma alimentação adequada, saudável e em abundância. As hortaliças, verduras e frutas têm melhorado as condições da merenda escolar ofertada aos alunos, cuja realidade econômica e cultural não proporcionam acesso a uma alimentação adequada.

“Com o plantio, temos colhido produtos que complementam a merenda, além de mostrar aos alunos novas formas de compreensão do ciclo produtivo e alimentar humano. Nesta perspectiva, a utilização do trabalho pedagógico conceitual e prático na horta se tornou uma forma de transformação de comportamentos e realidade social. O projeto de uma horta coletiva, comunitária e com bases agroflorestais têm renovado as esperanças e diminuído as necessidades locais”, conclui a educadora.



TXIMA: ENSINANDO A CONVERSAR COM A FLORESTA

José Bessa Freire

***Ouvimos as vozes da floresta,
só nos sentimos bem se ficarmos à sua escuta
e compreendermos tudo o que ela diz***

Davi Kopenawa – 2023.

Crianças *Huni Kuĩ* da escola indígena da aldeia Arco-Íris, no alto rio Tarauacá (Acre), estão aprendendo a conversar com a floresta. Sua professora é Txima Inani Bake, matriculada no Curso de Licenciatura Indígena da Universidade Federal do Acre (UFAC), campus Floresta, em Cruzeiro do Sul, com o nome de Duzilda

Pinheiro Paulino. No debate ao final da aula inaugural “*Línguas e Narrativas Indígenas*”, que citou Davi Kopenawa, ela se sentiu reforçada em sua prática e revelou:

– Vi que é correto o que faço ao ensinar na escola as linguagens da floresta para as crianças entenderem os pássaros e as árvores, o que dizem seus cantos e suas folhas

e até seus gritos de dor durante desmatamentos e queimadas. Os pássaros nos avisam sobre a chegada de algum parente, a proximidade de certos animais ou a hora do dia. As folhas das árvores nos anunciam as ventanias e a chuva. Mas é preciso entender suas linguagens para ficarmos conectados.

Convém perguntar: em que medida a metodologia de Txima, que devia ser generalizada, é usada por cerca de 200 docentes das mais de 100 escolas *Huni Kuĩ*? Não é fácil dialogar com a floresta



amazônica, que é poliglota e fala milhares de línguas. São mais de 1.300 espécies de aves, 427 tipos de anfíbios, 425 classes de mamíferos, além de 50 mil espécies de plantas até hoje conhecidas e catalogadas, que compartilham o território com os *Huni Kuĩ*.

Ouvir as vozes da floresta depende da competência na língua ancestral, que registrou esses saberes e faz parte da biofonia florestal nos rios Juruá e Purus. Acontece que, em metade das 12 terras *Huni kuĩ* do Acre, só os velhos falam a “língua verdadeira, de gente” – diz Joaquim Kaxinawá em tese de doutorado sobre a *Gramática da Língua Hãtxa Kuĩ* defendida na UnB. Crianças e jovens falam português como primeira língua em decorrência da violência histórica que sofreram.

TEMPOS DE CORRERIAS

A invasão do território, a matança e escravização de indígenas na exploração dos seringais, marcaram o fim do longo *Tempo das Malocas* na periodização estabelecida no livro *Índios no Acre*, escrito por professores bilingües. O *Tempo das Correrias* seguido do *Tempo do Cativeiro* foram de extrema violência. Felizardo Cerqueira “amansava” os

índios, picava o braço deles com agulha e passava tinta preta de jenipapo misturada com pólvora, tatuando-os com as letras FC para os outros “patrões” saberem que eram “propriedades” suas.

– *Eu tinha o hábito de marcar todos os índios com as letras FC e o número de ordem com que foram amansados* – escreveu em seu relatório o seringalista Felizardo, um dos patrões mais “bonzinhos”, pois havia outros medonhos ainda piores. O antropólogo Terri Aquino fotografou o braço do velho Regino Kaxinawá com esta marca, também gravada em Nicolau, Chico Curumim, Romão Sales, Valdemar Damião e outros velhos *Huni kuĩ*, conhecidos então como *Kaxinawá*.

O território *Huni kuĩ*, que já estava ocupado em 1913, no final do ciclo da borracha, por 100 mil migrantes nordestinos, foi recuperado gradualmente na nova era – o *Tempo dos Direitos* – inaugurado com a Constituição de 1988. Hoje, eles vivem no *Tempo do Governo dos Índios* e constituem a mais populosa nação indígena das 16 existentes no Acre. Somavam no Brasil, em 2020, 11.729 pessoas, conforme dados da área de saúde (Siasi/Sesai) e 2.419 na Amazônia Peruana, (Censo Nacional do Peru 2017).

A história vivida nesses diferentes períodos aparece nas entrelinhas do depoimento bilingue de Txima para o projeto cartografias amazônicas da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O ALFABETO KENE

Nascida no dia 5 de maio de 1998 na aldeia Altamira, filha de Kupi Inu Bake e de Pâteani Banu Bake, Txima é casada, tem três filhas e aos 26 anos está grávida de dois meses de mais uma criança. Reside hoje na aldeia Arco-íris do Alto Rio Tarauacá, na Terra Indígena Seringal Independência, do município Jordão.

Com pintura facial e trajando roupa de tecidos coloridos, ela gravou seu depoimento na língua materna *Hãtxa Kuĩ*, da família Pano, que em seguida traduziu ao português:

– Todo trabalho nosso é ligado à natureza. Tudo o que nós sabemos nos foi ensinado por animais e vegetais, por isso somos gratas a eles, de quem precisamos para sobreviver. Entendemos a linguagem da floresta, que recupera os nossos mitos através do artesanato.

Txima pesquisa os *kenes*, que são os grafismos sagrados de seu



Fotos: TaQuiPrãTi

povo, expressão exclusiva das mulheres, cujos padrões geométricos são usados nas tecelagens, em artesanatos e nas pinturas corporais e já percorreram o mundo em diversas exposições, uma

delas na Sala do Artista Popular no Museu do Folclore do Rio de Janeiro, em 1999, com catálogo que registra os 25 *kene* do corpo de uma jiboia.

– Da mesma forma que as pessoas, esses *kene* vão se casando uns com outros para dar à luz novos *kene*, como as letras do abecê que se juntam em inúmeras combinações e conseguem parir palavras diferentes. Por isso, comparo o *kene* com o alfabeto, capaz de criar um número infinito de palavras, cada uma com nome e significado diferente. “O *kene* é, além de desenho, escrita” – foi o que disse o pesquisador *Huni kuĩ* Agostinho Muru, citado no catálogo, com palavras aqui ligeiramente “enfeitadas”.

A ORIGEM DO KENE

Uma narrativa mítica sobre origem do *kene* foi contada por Txima, que registrou sua versão, na qual os personagens centrais são Yube – a jiboia encantada – e Siriani – uma jovem *Huni kuĩ*.

Siriani vai tomar banho no igarapé e no meio do caminho encontra a jiboia, com o corpo cheio de desenhos. A jovem fica deslumbrada com o que vê. Ao retornar, a cobra havia se transformado em um homem com o corpo todo pintado com os mesmos *kene*. Ele pingou um colírio feito com uma planta sagrada nos olhos de Siriani e lhe disse:

– Cada ser tem sua própria pintura, que fica invisível. Mas agora você pode ver.

Siriani começou a enxergar os *kene* dos animais e das plantas, aprendeu a desenhá-los e ensinou a seu povo, a quem deixou um legado: hoje os desenhos geométricos do *kene* com representações de plantas e animais constituem marca identitária dos *Huni kuĩ*. Cada grafismo tem um significado, uma história, e traz força, energia. As estampas do macaco trazem agilidade e poder; as da curica ou papagaio-do-mangue, o vigor do fogo, a determinação, a inteligência e a coragem; a arara, a melodia da voz e a beleza. E assim por diante.





O conhecimento do *kene* permite que os *Huni kuĩ* executem vários padrões nas pinturas corporais e em diversos suportes ou matérias-primas com que confeccionam diferentes objetos: cestaria, cerâmica, pratos, cestos e redes tecidas com fios de algodão, mantas, chapéus, mochilas, tipoias para carregar os filhos. O *kene* é um arquivo que guarda histórias, rituais, cantos sagrados, danças.

– A aranha é a dona do algodão. Ela nos ensinou a tecelagem e, quando vestimos roupa artesanal desenhada com os *kene*, sentimos sua energia e força – disse Txima.

FLORESTA POLIGLOTA

Outros povos, como os Yanomami, também “mantém um diálogo constante com a multiplicidade de vozes da floresta”, segundo Davi Kopenawa citado por Bruce Albert no artigo *A floresta poliglota*. Os cantos, gritos e chamados de inúmeros pássaros, mas também de batráquios e insetos formam a “*grande orquestra animal*”, que revela a presença na floresta de frutas, de plantas, de presas,

emitindo sinais sonoros de caça, com previsão de mudanças climáticas e ecológicas.

Os Yanomami traduziram as falas de uma longa lista de vocalizações de cada animal que “constituem formas de linguagem equivalentes às da gente humana” e permitem estabelecer conversas, diálogos, cerimoniais, cantos, lamentações. Esta “encenação sonora” de conversas na forma de séries de onomatopeias e de diálogo humanos dão conta da “riqueza do despertar progressivo dos cantos e dos chamados dos animais na aurora”.

Um exemplo é o relógio dos *Huni kuĩ*, no *Tempo das Malocas*, que marcava as horas ouvindo a floresta:

– São três horas da madrugada – anuncia o sereno espesso que cai do céu.

– Deu 5h00 – canta o jacu, que acabou de despertar.

As diferentes posições do sol e as aves indicam as horas seguintes. Quando o gavião branco pia dando voltas no céu, são 10h00. Às 17h00 os maracanãs se retiraram para dormir, às 18h00 can-



tam os nambus, às 19h00 é a vez do gorjeio da corujinha conhecida como caburé. A coruja maior vai se manifestar às 22h00 e o jacamim, às 23h00.

O SOFRIMENTO DAS FLORES

Os analfabetos da oralidade, que desdenham quem antropomorfiza a natureza e luta pelos direitos de seres vivos em qualquer ecossistema, consideram “loucas” as pessoas que mantêm uma escuta ativa de animais e plantas, como observa com propriedade Gabriel Garcia Marques na crônica “Cómo sufrimos las flores” (9/12/1981).

Baseado no texto de um biólogo sobre a alma das plantas, o escritor colombiano nos assegura que as flores adoram música, têm memória e, quando dentro de casa, fazem parte do núcleo familiar e

até sofrem com as brigas de casais. O escritor recebeu telefonema de um amigo, que lhe perguntou sobre o tema da próxima crônica:

– *Estoy escribiendo sobre el sufrimiento de las plantas y las flores.*

– *¡Ah, carajo! ¿No te estarás volviendo maricón?*

O homofóbico, que tinha a intenção de assim menosprezar as conversas com plantas e animais, não desconfiava que se tratava de um elogio à sensibilidade de seu autor.

P.S. As outras quatro narrativas gravadas, que merecem uma resenha, foram: 1) Sabá Manchineri: *O mito do caçador canibal*. 2) Sheré Noke Kuĩ (Katukina): *As rezas sagradas e a cura dos doentes*; 3. Siná Yawanawa: *Os mitos orientadores da arte*; 4. Siã Inu Bake Huni Kuin (Marcos): *O ayahuasca e a medicina tradicio-*

nal. O artista plástico Cledeilton Huni Kuĩ também está produzindo uma narrativa gráfica sobre o *Tempo das Correrias*.



José Bessa Freire – Escritor. Cronista. Conselheiro da Revista Xapuri. Crônica publicada originalmente (com referências) em 20/11/2024, em seu blog: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/1756-txima-ensinando-a-conversar-com-a-floresta>.



Narrativa gráfica de Cledeilton Huni Kuĩ



AS MULHERES DOS BARRANCOS

Alexandre Cruz Noronha

***“Desce barranco, lava a louça; sobe barranco;
Desce barranco, faz o almoço, sobe barranco;
Desce, lava novamente a louça, sobe barranco;
Desce barranco, lava roupa, sobe e
Desce, pega água e sobe.
Mais tarde tem o banho.”***

Penso que os dois maiores símbolos sobre vida são as águas e as mulheres. E aqui na região da Amazônia elas têm uma ligação muito íntima uma com a outra. Cenas comuns à beira das águas e dos igarapés, sentadas ou de cócoras, sempre encontramos mulheres lavando a louça, lavando as roupas, fazendo comida, pegando água, ticando um peixe...

O próprio fotógrafo dessa cena, Paulo Henrique Costa, fala sobre: “essa cena me chamou muito a atenção porque ela me lembrou muito a minha mãe e as minhas irmãs. Minha mãe sempre me relatava que, quando ela era menor, ela carregava a louça assim na cabeça, tal como essa menina tava fa-

zendo, sabe?! Pra mim não existe uma coisa mais Acre do que isso”.

Ao mesmo tempo que é uma cena afetiva ao fotógrafo e tipicamente amazônica, a imagem também traz consigo uma preocupação que tem se tornado cada vez mais comum: a seca. O Acre tem sofrido a cada ano com os eventos climáticos extremos, como as alagações e as secas.

Percebemos na foto um barranco extenso e o Igarapé Humaitá, em Porto Walter, aparece lá embaixo, já com pouquíssima água. A fotografia foi feita num setembro, um mês em que já estamos nos habituando a saber que será de intensa fumaça, onde o cinza barra o

azul do céu e ataca também nossos pulmões; ao mesmo tempo em que as águas dos rios e igarapés, tão abundantes na floresta, tornam-se tão poucas e muitas vezes poluídas.

Os rios e igarapés com menos vida e os barrancos tornando o cotidiano ainda mais dificultoso. Sendo necessário gastar um tanto mais de energia para subir e descer tantas vezes no dia.



Fonte: Redação Varadouro – <https://ovaradouro.com.br/as-mulheres-dos-barrancos/>. **Texto: Alexandre Cruz Noronha** – Editor de Imagens do Varadouro. **Foto: Paulo Henrique Costa** – Agrônomo (com foco na agroecologia, agricultura orgânica e sistemas de agroflorestal). Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Também já trabalhou com comunicação, como apresentador e repórter do programa TV Aqui, no Vale do Juruá, Acre (2012) e coordenador de Comunicação da organização Elas Existem – Mulheres Encarceradas. Confira mais fotografias de Paulo Henrique Costa no Instagram @phcosta_photos.

A stylized, high-contrast portrait of Paulo Freire, rendered in shades of orange, yellow, and pink. The portrait is set against a background of vibrant, abstract geometric shapes in yellow, red, blue, and green. A red banner with white and yellow text is positioned below the portrait.


100 anos + 4 de Paulo Freire **Esperançar é lutar**

Em setembro, celebramos Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, que completaria 100 + 4 anos de vida, luta e legado. Mais do que uma data, é um chamado à ação. Freire não ensinou apenas a ler o mundo. Ensinou a transformá-lo. Sua pedagogia libertadora continua viva nas salas de aula, nas comunidades, nas lutas por uma educação pública, democrática e emancipadora.





A CNTE reafirma seu compromisso com os princípios freirianos: educação como prática da liberdade, respeito à diversidade, diálogo como ferramenta de construção coletiva e a valorização dos/as trabalhadores/as da educação como protagonistas da mudança social.



Em tempos de retrocessos e negacionismos, Paulo Freire é resistência. É esperança. É futuro.

Viva Paulo Freire! Viva a educação libertadora!



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
® www.cnte.org.br

Brasil

Filiada à





Ilustração: C. G. (1911) - Museu Nacional, Rio de Janeiro

Ilustração: Wikimedia Commons/ Divulgação
WIKILIBRARY

Ilustração: C. G. (1911) - Museu Nacional, Rio de Janeiro

XAPURI CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VENI COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **360**,00
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **600**,00
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

